

A CIDADE DE JOÃO DO RIO

Aluno: Joyce Almeida dos Santos
Orientador: Renato Cordeiro Gomes

Introdução

Esta pesquisa concentra-se e resgata as crônicas escritas por Paulo Barreto, o João do Rio, para a coluna “A cidade”, publicada no diário carioca *Gazeta de Notícias*, entre setembro de 1903 e março de 1904. Tal produção, que contabilizou 58 textos, não foi publicada posteriormente em nenhum dos livros de coletânea do autor. A partir de uma pesquisa bibliográfica, incluindo textos teóricos, ensaísticos e biográficos fez-se uma análise da representação da cidade do Rio de Janeiro nas crônicas do autor, que adotou como seu próprio nome o nome da cidade. O estudo permitiu que fosse traçado um panorama do contexto social, político, econômico e cultural carioca do início do século XX. O trabalho se insere no projeto “Representações do Rio de Janeiro no início e no final do século XX”, do orientador Renato Gomes, que enfatiza a questão “o que é escrever/ ler o Rio de Janeiro?”, na cultura das mídias e na literatura.

O projeto almeja resgatar os textos que não foram publicados em nenhum livro de João do Rio, e que, através de sua escrita rica, permitem a apreensão dos temas relevantes para a cidade do Rio de Janeiro do início do século XX, muitos dos quais, positiva ou negativamente, permanecem até os dias atuais, guardadas as devidas proporções. O estudo procura elaborar uma análise do momento em que se ergueram as bases que transformaram a cidade colonial em uma cidade moderna. Além de produzir como conclusão um ensaio final que apresente as articulações e as relações resultantes da pesquisa, objetiva-se, ainda, a disponibilização dos textos originais da coluna estudada, graças ao processo de transcrição realizado durante o trabalho. Dessa forma, busca-se possibilitar um maior acesso aos textos, para que possam ser explorados sob os mais diversos aspectos.

Na metodologia utilizada, em um primeiro momento, o desenvolvimento deste estudo se deu com o levantamento dos textos de João do Rio escritos para a coluna “A Cidade”, através da seleção realizada no catálogo que reúne todas as obras de sua autoria. Após a constatação e o agrupamento das referências dos 58 textos da coluna, procedeu-se à pesquisa bibliográfica das fontes primárias nos exemplares do *Jornal Gazeta de Notícias*, realizada com visitas regulares ao acervo de periódicos da Biblioteca Nacional. Para conduzir a reflexão necessária à obtenção dos objetivos, a investigação bibliográfica se estendeu aos textos que tratam da produção literária do período estudado, bem como do contexto histórico geral e da história da imprensa. Além disso, se fez de extrema importância o aprofundamento acerca da vida e da obra de João do Rio. O processo de transcrição dos textos de “A Cidade” se deu com a atualização da ortografia, mantendo-se, entretanto, a grafia original de expressões chamadas “marcas de época”. Estas referem-se, sobretudo, à utilização de palavras estrangeiras, denotando a forte influência que a cultura européia, em especial, a francesa, exercia sobre o pensamento e o comportamento da sociedade brasileira, mais especificamente, a carioca, no início do século XX.

1. O Rio de Janeiro do início do século XX

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro defrontava-se com perspectivas extremamente promissoras, na medida em que, ao absorver e difundir os novos hábitos e costumes, oriundos do mundo “civilizado”, sobretudo europeu, para todo o território nacional, abria caminho para se tornar o grande centro cosmopolita do país. A capital vivia um verdadeiro estado de ebulição, e logo se fez evidente a incompatibilidade entre os novos personagens, a nova cultura e a organização urbana da cidade. Fazia-se necessário destruir a velha cidade, ligada à velha sociedade imperial, para que se erguesse uma nova estrutura urbana, copiada dos modelos parisienses.

O próprio projeto de República que se instalou aqui era profundamente inspirado nos modelos europeus. A constituição de 1891 era, em si, a expressão daquilo que existia de mais avançado nos países onde a burguesia, há muito, já havia se consolidado. No entanto, a adoção de tal modelo republicano se mostrou incapaz de corrigir as contradições econômicas e sociais do país. Apesar da abolição da escravatura (1888), persistia e pesava sobre o Brasil a herança colonial de uma economia fundamentada essencialmente na monocultura agrícola com produção destinada ao mercado externo. Contudo, os grandes estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram beneficiados com solução federalista, na medida em que, alcançando autonomia, passaram a dominar o poder federal, segundo seus próprios interesses.

A cidade do Rio de Janeiro, então, passou a refletir a vitória do cosmopolitismo. “O importante era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo, sobretudo na área central da cidade”, conforme destaca Nicolau Sevcenko, no primeiro capítulo de seu livro *Literatura como missão*, intitulado “A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque” (Sevcenko, 1983: 36).

O prefeito Pereira Passos toma a frente desta missão de transfiguração da paisagem urbana, e ao final de seu mandato entregou à população uma cidade totalmente reformulada com a abertura de grandes bulevares – como a avenida Central (atual Rio Branco) – e, com a ajuda de Oswaldo Cruz (diretor de Saúde Pública), dizimou os focos de febre amarela. A aristocracia pode, então, finalmente, descer do alto dos morros de Santa Teresa – onde, acreditava estar imune às epidemias –, passando a ocupar os demais espaços da cidade.

2. A Gazeta de Notícias

A então capital federal do país passava por grandes modificações estruturais e sociais. Porém, além das grandes reformas urbanas orquestradas pelo engenheiro e prefeito Pereira Passos, foi também o momento de modernização da imprensa. O término do século XIX ficou marcado com o surgimento de grandes jornais, matutinos e vespertinos, no cotidiano carioca. A criação de importantes jornais diários de moldes mais liberais permitiu a publicação de textos mais heterogêneos como a crônica.

O diário *Gazeta de Notícias*, que estréia no mercado carioca em agosto de 1875, fundado pelo jornalista Ferreira de Araújo, revolucionou o jornalismo da época, por ser fundamental não só para a consagração do novo gênero, mas também para a de seus autores. Além de contribuir enormemente para a atualização dos leitores cariocas do período, na *Gazeta*, se deu o desenvolvimento da carreira de grandes escritores-jornalistas, como Olavo Bilac, Eça de Queirós e Machado de Assis.

Esta relação tão íntima entre grandes nomes da literatura e dos periódicos, este pêndulo entre literatura e jornalismo e a consagração recíproca gerada por esta parceria colaboram incontestavelmente para que a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro fosse consolidada como um dos jornais mais marcantes jornais nascidos no século XIX.

A *Gazeta de Notícias* trazia em seu bojo tudo aquilo que os poucos letrados da capital federal desejavam: literatura amena de romances-folhetins, pequenas colunas de crônicas de variedades e seção de piadas, dentre tantas outras. Dessa forma, como afirma Renato Cordeiro Gomes, em *João do Rio*, da coleção Nossos Clássicos, a *Gazeta de Notícias* “era o periódico favorito da elite cultural carioca” (Gomes, 2005: 15).

Nota-se ainda a ampla quantidade de anúncios publicitários presente na *Gazeta de Notícias*. Grande parte de suas páginas finais era dedicada à publicidade, que abarcavam uma gama variadíssima de produtos anunciados: desde remédios para as mais variadas moléstias até, especialmente, propagandas de peças teatrais em cartaz, possíveis grandes “patrocinadores” do periódico. O jornal era visto como veículo de entretenimento e prestador de serviço de grande utilidade pública.

Em 1903, por indicação do deputado fluminense Nilo Peçanha, futuro Presidente da República, João do Rio vai para a *Gazeta de Notícias*, onde permanece até 1915. Além da coluna “A cidade”, na *Gazeta*, ele escreve, a coluna “Cinematógrafo” e a série “As religiões no Rio”, entre outras.

3. A coluna “A Cidade”

A coluna “A Cidade” não possuía uma periodicidade definida para sua publicação. A frequência dos textos, diferentemente do que ocorre nas publicações de colunistas atuais, não era definida por um específico dia da semana. Os textos apareciam tanto nos dias úteis como nos fins de semana, sem que houvesse qualquer tipo de regularidade.

Na imensa maioria das vezes, a coluna era publicada na segunda página do jornal, sem variação muito discrepante no tamanho, ocupando, em média, uma das oito colunas em que se dividia a página. Nenhum dos textos possui título individual, constando sempre sob o próprio título da coluna.

Em alguns momentos, percebe-se a clara relação dos assuntos abordados com outras notícias apresentadas no jornal no mesmo período. Porém, esta não se configurava como a principal forma de construção dos textos. O diálogo com outras notícias existia, mas no conjunto dos textos, depreende-se que os temas surgiam principalmente da observação e da vivência de João do Rio.

Para vender seus escritos Paulo Barreto adotou mais de dez pseudônimos como disfarce. Renato Gomes aponta que esta multiplicação se deu em função de conquistar o mercado, sobretudo no que diz respeito à imprensa. Além disso, Gomes associa a característica de se tornar múltiplo do cronista à sua incumbência de ser aquele que se dedica a “captar o efêmero, o contingente, o circunstancial, que é o mundo moderno atrelado ao universo urbano marcado pela mudança”. (Gomes, 2005: 15).

A crônica moderna pode ser encarada como a própria tentativa fixação do efêmero, pois é o novo gênero surgido como filho da cidade para flagrar seu cotidiano. Ao escolher o pseudônimo X, “um X misterioso”, como ressalta Renato Gomes, o cronista ressalta ainda mais a cidade como um caleidoscópio, possibilitando uma leitura nos seus mais diversos aspectos. A utilização de X pode ser tomada como a própria síntese das múltiplas identidades da cidade, por isso, esta foi a assinatura escolhida para comentar os fatos cotidianos e aspectos físicos e culturais da capital federal no início das reformas urbanas.

O tom entusiasmado da coluna “A Cidade”, sobretudo no seu início, com a reformulação da capital revelava o verdadeiro encantamento do autor diante dos palacetes nascentes e da adoção dos trajes, costumes e idéias à moda européia. É neste momento de encantamento, que em 26 de novembro de 1903, nasce o pseudônimo João do Rio e a partir de então, esta passou a ser a identidade literária mais conhecida de Paulo Barreto. A constatação é de que justamente no período de produção da coluna “A Cidade” acontece agregação do nome da cidade ao próprio nome do autor. Diante disso, pode-se relacionar o que o envolvimento do autor com os temas da coluna, o fez encontrar e decretar a identidade sob a qual desejava ser conhecido e admirado.

Quanto ao estilo de escrita empreendido por João do Rio, Brito Broca afirma que é difícil distinguir “onde termina o jornalismo e começa a literatura”, caracterizando a combinação do documental e do ficcional, que garante no texto do autor o que pode ser chamado de “estilização do fato”, como aponta Gomes. João do Rio foi um dos precursores do novo gênero, surgido na imprensa brasileira no início do século XX: a crônica-reportagem.

Nessa oscilação entre a reportagem e o conto, os recursos mais marcantes em sua obra são o cinismo e a ironia. Nos textos de “A Cidade”, a utilização desses recursos estilísticos aparece com muita frequência, sobretudo quando há a estruturação de um diálogo entre personagens das crônicas. Nesse sentido, o personagem vítima do humor ferino de João do Rio é sempre aquele, que do seu ponto de vista, seria um representante típico da chamada classe média, pela qual o autor sempre demonstrou desprezo devido à sua “mediocridade da que causava medo e raiva” (Gomes, 2005: 15). Com sua ironia característica, João do Rio com expõe as contradições da gente mediana, que está sempre protestando contra tudo.

3.1 Temas de “A cidade”

É possível traçar um paralelo entre os temas das crônicas de João do Rio com as categorias que Nicolau Sevcenko aponta como características da mudança de comportamento e de mentalidade da população carioca no início do século XX. Segundo ele, quatro princípios fundamentais regiam estas transformações: “a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional, a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular, a defesa de uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade e a existência de um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (Sevcenko, 1983: 30).

A partir disso, é possível perceber que João do Rio compartilhava destes mesmos padrões para a composição dos textos da coluna “A Cidade”, na medida em que, ao apresentar uma visão defensora da transformação da velha cidade em uma grande metrópole moderna, coloca como fator imprescindível para tal modernização o rompimento com qualquer traço da tradição, fosse ele de natureza concreta ou física como os cortiços, prédios e calçadas, que enfeavam a cidade, ou de âmbito subjetivo como os hábitos simples da população, representativos de um Brasil retrógrado que se pretendia superar. Nesse sentido, a coluna demonstrava a total adesão de João do Rio ao plano de urbanização para a então capital do país, que visava modernizá-la por meio da completa transfiguração de sua fisionomia, com a abertura de novas avenidas, viadutos, melhoramentos públicos, aterramento de morros, demolição e reconstrução de prédios etc. O refrão do momento: “O Rio civiliza-se” sintetiza sentimento compartilhado por muitos cariocas da época de que a transformação da paisagem urbana seria refletida na vida social.

Ao se colocar como contrário a tudo que ainda tivesse algum tipo de ligação com o passado, João do Rio inicia uma “campanha” de instauração da nova etapa da cidade. Para isto se faz necessária a desaprovação dos velhos costumes da população, bem como o apontamento de novos hábitos que deveriam ser adotados.

Os textos de “A Cidade” desqualificam toda e qualquer manifestação que tenha suas raízes em elementos da cultura popular, tais como as festas da Igreja da Penha, a feiúra e a falta de inovação para decorar as ruas em dias festivos, bem como condena hábitos antigos como o de não utilização dos espaços públicos para atividades de lazer e, por outro lado, se posiciona a favor e incentiva a ocupação de novos espaços da cidade, renegados pela população, como a Tijuca. Nesse sentido, percebe-se que João do Rio acompanhava o movimento dos jornalistas da época, que, segundo Sevcenko “desempenhavam a função de ‘orientar’ a burguesia carioca na adaptação aos novos costumes: desde a nova composição urbana até as novas formas de sociabilidade, que implicavam no abandono das varandas e dos salões para a ocupação das avenidas, praças e jardins recém construídos” (Sevcenko, 1983: 37).

“A defesa de uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade”, pode ser apontado como um dos temas mais explorados por João do Rio nos textos de “A Cidade”. Na concepção do autor a modernização tão desejada para a cidade só seria concretizada com as ações de demolições das velhas construções e de reforma das ruas pela Prefeitura. Assim, ele caracteriza os antigos cortiços que se localizavam no centro da cidade como “porões infectos”, que apenas serviam para a reprodução dos atos e mosquitos, contribuindo para uma situação de imundice e, sobretudo, para a propagação de doenças como a peste bubônica e a febre amarela. Em diversos textos da coluna encontra-se este posicionamento de crítica e rompimento com as antigas formas arquitetônicas da cidade e, sobretudo, de total apoio e mesmo de proposição para que as antigas construções, e, conseqüentemente, seus moradores fossem retirados do centro da cidade.

Nos textos estudados, o “cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense”, a que se refere Sevschenko, surge na exaltação constantemente do modo de vida e, sobretudo, na celebração da paisagem urbana da “Cidade Luz”. Na comparação com a capital européia tomada como exemplo de bom gosto e amor à arte arquitetônica, João do Rio, muitas vezes, expunha de forma dura, o que, aqui, evidenciava o nosso atraso. O modelo parisiense é utilizado como meio para criticar o comportamento da população e a administração pública nacional.

Segundo Sevschenko, a “identificação dos jornalistas e cronistas com o novo modo de vida era tal que eles encabeçavam as vozes pedintes de manutenção das obras, exigindo a sua extensão aos pontos mais distantes e se insurgindo contra os retrocessos” (Sevschenko, 1983: 37). Ao que Margarida de Souza Neves complementa, em seu ensaio *Brasil, acertai vossos ponteiros*, afirmando que quase sempre se percebe nos autores da época “o entusiasmo diante das novidades, a simpatia pelas reformas e o elogio aos reformadores” (Neves, 1991: 54).

Esta ambição de se equiparar aos padrões de convívio, aos modelos institucionais e até mesmo às idéias pertencentes ao Velho Mundo, que caracterizava os textos da época, pode ser vista em alusão à condição de “desterrados em nossa terra”, que Sérgio Buarque de Hollanda já retratava em *Raízes do Brasil*, ao se referir à implantação da cultura européia no período colonial.

3.2 Recorrência de temas

Na observação de João do Rio acerca dos acontecimentos do Rio de Janeiro do início do século XX, através dos textos de “A Cidade”, há a recorrência de determinados assuntos. O autor acompanha o desenrolar dos fatos, compondo determinados grupos da coluna que abordam o mesmo tema.

No que diz respeito à reconstrução física da cidade, João do Rio se detém nos temas que, segundo Margarida Neves, constituíram os dois pontos fundamentais das intervenções empreendidas por Pereira Passos e realizadas por Paulo de Frontin e Francisco Bicalho: “as demolições, ou o chamado ‘bota-abaixo’, das as ruelas coloniais sobre as quais se abriram os quase dois quilômetros da Avenida Central e as novas instalações do cais do porto” (Neves, 1991: 61). A atenção de João do Rio a estes temas reforça a afirmação de Margarida que “a chamada ‘reforma urbana’ da capital foi muito setorizada e esteve longe de efetivamente modernizar a capital da recém fundada República” (Neves, 1991: 60).

De fato, a remodelação da cidade teve como eixos a nova avenida e o porto novo, que sem dúvida representaram transformações significativas, mas, como aponta Margarida “não houve mudanças no que diz respeito à lógica da cidade ou ao lugar social dos agentes” (Neves, 1991: 61). Dessa forma, percebe-se que roupagem “moderna” da cidade, não eliminou suas contradições. “Fossem, as novas formas, arquitetônicas ou de governo, o certo é que estiveram bem longe de ‘remodelar materialmente a cidade’ ou transformá-la ‘em seus usos e costumes’ ”. (Neves, 1991: 61).

Apesar de louvar estas duas grandes frentes das reformas João do Rio não deixava de revelar o descaso com as demais obras, que eram alardeadas pelo governo como representantes das melhorias, mas que, de fato, não eram concluídas, ou eram em tempo muito superior que o normal. A construção de um prédio destinado a abrigar uma maternidade pode ser tomada como emblema das críticas que o autor fazia ao descompromisso do governo com obras, que não seriam tão visíveis como propaganda como a nova avenida ou o novo cais. Depois de denunciar a tamanha lentidão das obras, que já duravam quinze anos (desde os tempos de D. Pedro II), João do Rio demonstra sua insatisfação com a transformação da planta original em uma “horível casa assobradada, mostrando sobre o seu corpo disforme uns hediondos telhados pontudos e vermelhos” e com a resolução que levou o edifício a abrigar,

em vez da maternidade, “vários institutos de ciências e letras, entre os quais a Academia Brasileira” (X. *Gazeta de Notícias*, RJ, 03.12.1903. p.2).

A preocupação com a disseminação da peste bubônica também outro tema recorrente nas crônicas de João do Rio. Em um primeiro texto, ele diz acreditar que a única solução para impedir o alastramento da doença seria, de fato, as demolições dos antigos casarões que serviam como o ambiente de reprodução dos ratos. Nesse sentido, ele dá continuidade a defesa da política das demolições. Em outro momento, ao lançar mão de seu típico humor perspicaz, o cronista diz que percebe um lado positivo que a peste trouxe à cidade, que corresponderia ao hábito de lavar-se e de se limpar as fachadas das casas, deixando as ruas com ar de limpeza. Ao retornar ao assunto, João do Rio escreve contra as famílias que devido ao sentimento escondem os casos de peste de um parente e com isso colocam em risco a saúde de todos. Ele, então, se posiciona inteiramente favorável de que as punições “contra os inimigos da saúde e da vida de toda a população” sejam cumpridas com todo o rigor. (X. *Gazeta de Notícias*, RJ, 14.10.1903. p.2.)

Na coluna do dia 03 de janeiro de 1904, João do Rio faz um balanço, uma revisão do ano anterior, retornando aos temas que mais o interessou. A retrospectiva destaca os “novos jardins, novos calçamentos, a maior quantidade de vassouras nas ruas e desinfecções nas casas”. Além de 1903 ser visto como um ano de “renascimento, de trabalho e de progresso”, o cronista afirma que seus doze meses abriram caminho para um novo ano de “coisas ainda mais belas e preciosas”, se referindo ao início das obras do cais e da avenida. Na conclusão do texto, há o alerta para que a cidade, com a qual o cronista estabelece o diálogo, não retorne a condição de atraso: “Vê lá agora, boa cidade, se queres voltar à ignomínia antiga, voltando à porcaria e à preguiça... Todos os médicos dizem que, nas moléstias graves, o maior perigo é o das recaídas: tem cuidado, e cerca de todas as cautelas a tua convalescença!”.

3.3. A atualidade de “A cidade”

A análise da coluna “A cidade” permitiu que fosse traçado um paralelo entre as temáticas abordadas por João do Rio, no início do século XX, e situações que a cidade do Rio de Janeiro vive ainda hoje, mais de cem anos depois. É notável a atualidade de alguns dos textos que, resguardadas as devidas especificidades de cada época, poderiam ser publicados nos jornais de hoje com imensa correspondência aos fatos. Destacam-se, nesse sentido, temas como a permanência de cartazes eleitorais nas ruas, mesmo já passado o período do pleito, o que colabora para a sujeira das ruas; a ocorrência de crimes noturnos, devido à falta de iluminação; as enchentes no verão e a falta de policiamento nas ruas.

As seguintes palavras de João do Rio poderiam ser encontradas nas colunas de qualquer um dos seus sucessores, que, atualmente, se dedicam e abordam questões de relevância sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

“Desde que me entendo, ouço dizer que o sistema de esgotos do Rio de Janeiro é mau, e que a péssima a nivelção das ruas é a causa das inundações periódicas que devastam a cidade, aluindo os alicerces das casas, suspendendo o tráfego urbano, e não raras vezes sacrificando vidas”.

“A cidade”. *Gazeta de Notícias*, RJ, 18.12.1903, p.2.

“Nas ruas mais centrais da cidade, depois de meia noite, os cidadãos andam com a alma nas mãos, tremendo de medo, e vendo cada vulto que se aproxima a ameaça de um assalto... e da morte”.

“A cidade”. *Gazeta de Notícias*, RJ, 23.11.1903, p.2.

4. Conclusão

Sob o signo da modernidade, ou do desejo de se inserir nela, a cidade do Rio de Janeiro do início do século XX passava por um intenso período de reformulações, que abrangeu, além de seu aspecto físico, a transformação das idéias e do comportamento de sua população. A então capital da recém instaurada República se consagrava como o espaço privilegiado da concretização das novidades, configurando-se como a tradução do progresso almejado pelos novos mandatários do poder. Seguindo o projeto da modernidade de destruir para construir, o programa de governo da capital baseou-se no “bota-abaixo” do prefeito Pereira Passos, ou seja, na demolição do “velho” e na imposição do “novo”.

Além desta reestruturação física, a necessária “construção” do novo homem para habitar a nova cidade foi empreendida, em muito, pelos letrados que propunham e defendiam, principalmente nas crônicas dos jornais, a adoção da ideologia e dos hábitos e costumes importados do mundo “civilizado”, espelhando-se, sobretudo, nos modelos de parisienses. A imprensa da época pode ser vista com uma extensão dos canteiros de obras que se espalhavam pela cidade, na medida em que também passava por reformulações para se adaptar ao novo estilo de vida dos tempos modernos, o que deu origem ao novo gênero da crônica-reportagem.

A partir dos textos teóricos lidos e da análise das fontes primárias para a realização desta pesquisa, percebe-se que João do Rio foi um dos cronistas que mais se destacou ao tematizar as questões relativas à cidade no período de suas reformas. Como um observador que vê a cidade de dentro e, a partir de suas práticas cotidianas, ele registra seus fragmentos, traduzindo em seus textos o espírito de satisfação e felicidade que enchia a cidade, na crença de se estar penetrando no mundo do progresso. Como um leitor da vida urbana, João do Rio busca captar as visões efêmeras da cidade que determinam o cotidiano de seus habitantes. O cronista ainda se coloca com um porta voz da população ao cobrar que as autoridades cumpram os seus deveres, evidenciando a característica da modernidade que critica para avançar, como ressalta Otávio Paz, no ensaio *O sol nascerá amanhã?*: “A modernidade identificou-se com a mudança, concebendo a crítica como um instrumento de mudança, e assimilada, uma a outra, ao progresso”.

Em 1908, no entanto, João do Rio revê sua postura de entusiasta com a transformação da cidade guiada pelo desejo de progresso com a crônica “Velho Mercado”, de sua coluna “Cinematógrafo”, publicada também na *Gazeta de Notícias*. O texto é emblemático no sentido da crítica à modernidade que, segundo João do Rio, destrói a identidade de cada urbe. Tudo que seria característico, local, típico ou exótico de uma cidade é apagado em nome da mudança, o que acaba por nivelar e homogeneizar gostos e costumes. O autor, então, lamenta que a “operação da cirurgia urbana” tenha modificado inteiramente o velho Rio antigo, não deixando sobreviver o que a cidade possuía de curioso e característico. O registro e o lamento pela demolição do velho mercado simbolizam a reavaliação que João do Rio faz da sua postura inicial, encontrada nos textos de “A cidade”, de total defesa e incentivo aos avanços trazidos pela modernidade. O mercado aparece como um símbolo daquilo que estaria destinado a desaparecer. As tradições, tão refutadas em momentos anteriores pelo autor, são agora vistas com complacência em sua lamentação de que a cidade se desfaça delas com indiferença. Ao apresentar tal posicionamento, João do Rio reconsidera seu discurso implacável de defesa do novo e se coloca contrário ao processo de anulação das diferenças imposto pela modernidade. Com a frase “Uma cidade moderna é como todas as cidades modernas” ele sintetiza sua atitude crítica diante das transformações acarretadas em nome do progresso, que “nivelam as almas”.

Por fim, a realização desta pesquisa proporcionou a reflexão e a compreensão do quão importante é que os membros de uma sociedade tenham acesso aos acontecimentos que os circundam, seja com informações sobre as atitudes das autoridades de comando oficial, seja

de eventos sociais ou novos hábitos que estejam permeando seu cotidiano. A cidade é o espaço onde todos convivem, por isso inteirar-se de sua rotina sempre foi parte fundamental na vida de seus habitantes. No início do século XX, a crônica-reportagem surgiu como o estilo de escrita na imprensa para adaptar-se ao novo ritmo de vida da população. Os textos opinativos, que não raramente utilizavam recursos literários, retratavam as mudanças, as reformulações que a cidade passava em seus mais diversos aspectos. Neste período, a cidade do Rio de Janeiro representava a própria alegoria do discurso do novo. O intuito político de reconstrução física e ideológica da cidade passava pelo viés de legitimação da República Velha. As reformas, que à primeira vista, pareciam inserir o Rio no mundo do progresso, mostraram-se, com o tempo, ser apenas fachadas para perpetuação dos velhos interesses dominantes. Havia o desejo de inserção no mundo moderno sim, mas não para todos, haja vista o destino das populações dos cortiços demolidos. A República Velha criou um simulacro do moderno através das fachadas da Avenida Central, que não se traduziram, como o tempo se encarregou de mostrar, em avanços reais na qualidade de vida da população carioca.

Referências

- 1 - BROCA, B. **A vida literária no Brasil - 1900**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. 258 p.
- 2 - GOMES, R. C. **Nossos Clássicos: João do Rio**. Rio de Janeiro: Agir, 2005. 271 p.
- 3 - _____. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 182 p.
- 4 - HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 220p.
- 5 - NEVES, M. S. “Brasil, acertai vossos ponteiros”. In: **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. 1991. 138 p.
- 6 - _____. “O povo na rua, um conto de duas cidades”. In: PECHMAN, R. M. **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 193 p.
- 7 - SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 257 p.
- 8 - SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

ANEXOS

A CIDADE

Há sempre quem prefira o mais feio passado ao mais belo presente. Essa gente descende espiritualmente da famosa mulher de Loth, convertida, por ter olhado muito pra trás, numa estátua de sal, que os hebreus naturalmente, aproveitaram depois para várias aplicações culinárias...

Não faltará hoje quem se lembre com saudade das festas, com que antigamente era celebrado o *Sete de Setembro* nesta heróica cidade. Francamente, eu, que apesar de não ser muito maduro, ainda sou do tempo dessas festas, não vejo motivo para tais saudades. Armava-se um coreto perto da estátua do Fundador do Império; uma famosa “Sociedade Comemoradora da Independência”, que tinha a sua sede no largo do Rocio, punha colchas de seda e luminárias nas janelas; uma bateria de guerra, no alto do morro de Santo Antonio, dava salvas retumbantes; e, durante toda a noite, os capadócijs, com cigarro atrás da orelha e “folha da independência” na botoeira, ficavam no jardim, comendo empadas e bebendo capilés. Era uma festa esplêndida!

Ah! meus amigos! é preciso realmente ser muito legítimo descendente da mulher de Loth, para ter saudade daquilo, neste glorioso dia de hoje, em que pela mais abençoada das coincidências, nós podemos festejar a nossa independência de povo, festejando a vitória de um dos nossos irmãos.

A independência, em si, nada vale – quando não acompanhada de algum valor mais sólido. As feras que vagam pelas florestas são independentes; os índios selvagens, que comem carne crua de bichos e de gente, são independentes; os peixes, no fundo do mar, e as aves no infinito do céu são independentes: mas não sabem aproveitar a sua independência, e não podem causar inveja aos homens civilizados...

Se nós fossemos apenas um povo independente, mas um povo apagado e nulo, sem ideal e sem trabalho, sem beleza moral e sem significação política no concerto dos outros povos, a nossa independência seria uma fórmula vazia, uma palavra ridícula e vã. Mas a nossa independência afirma-se hoje pela nobreza da sua aplicação, pela majestade do seu valor. A terra que tem filhos lustres, a terra que se impõe ao respeito do mundo pelas suas conquistas de paz, de inteligência e de trabalho, essa é digna de ser independente, e só

pode festejar dignamente a sua independência honrando e festejando os filhos que a enchem de glória.

A entrada triunfal de Santos Dumont, neste dia, coincidindo com a comemoração da grande data do Brasil, é uma risonha e bem-dita gentileza do Acaso. O Acaso, quase sempre, inventa cousas de mau gosto: mas, às vezes, emenda a mão, e faz obra acabada...

Haverá ainda quem tenha saudades das luminárias do largo do Rocio? Pode haver festa mais bela do que esta: todas as almas com luminárias, todos os corações abertos, em riso, recebendo, no grande dia da Pátria, o filho que a honrou? – X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 07.09.1903, p.2.

A CIDADE

Na rua do Ouvidor, depois da Passagem do Santos Dumont.

- Francamente, eu esperava outra cousa.

- Como? acha então que a recepção esteja fria?

- Não é só isso! Eu esperava que Santos Dumont fosse outra espécie de homem: mais alto, mais gordo, mais forte, mais homem!

- Compreendo: o senhor esperava que Santos Dumont tivesse nos ombros um par de asas como águias e os anjos...

- Não digo isso...Mas, francamente, esperava outra cousa. Depois, esta historia de ter vindo sem o balão... E a falta de patriotismo!

- Mas repare, meu caro senhor, que o homem não podia trazer o balão. Trazer o balão para que? Onde está o *hangar* para abrigá-lo? Onde está a fábrica, para enchê-lo de hidrogênio? Onde está a sede, com que se pudesse remediar qualquer rasgão? Onde estão os *chauffeurs*, onde estão os operários, onde está o pessoal, habilitado e traquejado, que essas cousas sempre requerem?

- Sim...sim...mas, francamente, eu esperava outra cousa. Depois, dizem que ele veio aqui tratar de negócios particulares!

- E que tem isso? Então, pelo simples fato de ter resolvido o grande problema, Dumont não pode ter negócios particulares, como qualquer homem?

- Não digo isso. Mas, esperava outra cousa! Depois, quem é que pode jurar que esse balão exista?

- Hein?! O senhor duvida da existência do balão de Santos Dumont?

- Não digo isso que duvide! Mas também não digo que não duvide. Eu sou como São Thomé enquanto não vir o balão, não acredito.

- Mas, venha cá! E os telegramas? E os jornais da França e dos outros países? E as fotografias? E os aplausos do mundo inteiro?

- Sim! Eu não quero dizer que não haja balão! Mas, francamente esperava outra cousa. Depois, admitindo mesmo que este o moço tenha um balão quem é que nos assegura que a invenção seja dele?

- Hein?! então o senhor acha que a invenção não é dele? Então de quem é?

- Não sei! Mas uma invenção, com esta, tão maravilhosa, feita por um sujeitinho, como este, tão pequenino, tão magrinho, tão penteadinho, e ainda, de mais a mais, brasileiro... Enfim, admitamos que a invenção seja dele! Mas francamente, eu esperava outra cousa.

- Ah! Meu caro senhor! Eu já sei o que o senhor esperava!

- Sabe?

- Sei! O senhor esperava que Santos Dumont, antes de descobrir o problema da navegação aérea, viesse aqui perguntar-lhe o que era o que o senhor esperava...Passe muito bem. – X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 08.09.1903, p.2.

A CIDADE

Creio que, de todas as artes a que menos tem progredido é a de decorar as ruas, em dias de festa; em todas as grandes cidades do mundo, nada se adiantou até hoje ao que se fazia há cem ou duzentos anos: lanternas, festões de folhagens, estados ou coretos para a música, e arcos triunfais. Quando houve a primeira visita do czar a Paris, a imaginação dos parisienses sempre conseguiu inventar uma novidade: os frutos de *celluloid* de várias cores, nas árvores dos *boulevards*: mas a idéia foi troçada e não pegou.

No Rio de Janeiro, a falta de novidade é ainda agravada pela maneira desasada e reles com que aproveitam as velharias. As nossas ruas enfeitadas têm um ar envergonhado e ridículo de “festa de pobre”. As bandeiras são velhas e rasgadas, as lanternas são esburacadas, os arcos de gás funcionam mal, as plantas, fincadas em tintas, sujas, são raquíticas; os coretos revelam um gosto arquitetônico digno...da zululândia, e há ainda este maldito e inconcebível costume de atapetar o solo com areia da praia e telhas de mangueira, que, quando chove, formam uma lama viscosa uma papa mole e repugnante em que os pés da gente mergulham até o tornozelo...

Francamente, a enfeitar as ruas assim, é preferível deixá-las nuas com a sua fealdade natural. Só há uma cousa tão triste como ver uma senhora de oitenta anos com o rosto cheio de alvaiade, *nankin e carmin, pour reparer des ans l’irreparable outrage* – é ver um pardieiro cambaleando e pobre, esburacado e torto, com lanterninhas chinesas e *pendées* de folhagens murchas.

É bem melhor que, quando quisermos fazer festas, nos contentemos com o povo e música, sem mais nada. A pobreza decente e sincera é digna de respeito. Mas a pobreza pelintra, que se enfeita com trapos de seda velha e lentejoulas de folha de Flandres, só provoca o riso – X.

A CIDADE

Isto foi nos remotos e ominosos tempos em que o famoso déspota D. Pedro II oprimia este país com a sua inominável tirania, comendo canja, estudando hebraico e observando a passagem de Vênus pelo disco solar. Um ministro desse déspota teve a idéia de mandar construir um belo, um esplêndido e um suntuoso edifício destinado a Maternidade. Escolheu-se o local, assentaram-se as lindas colunatas, o lindo pórtico, a linda base do suntuoso, esplêndido e belo edifício. Tudo isso foi feito no século passado, notem bem: e não nos últimos anos deste século, mas alguns doze ou treze anos antes da sua agonia. E daí por diante não se fez mais nada: e naquela triste e deserta curva do cais da Lapa, ficou até hoje enegrecido, coberto de ervagens más, cerca do de tapumes pobres, o projeto do belo, esplêndido e suntuoso edifício.

Há cerca de quinze anos, passava eu por ali, em companhia de um inglês, que me perguntou: - “Que é aquilo?”. E eu inchando as bochechas, respondi.

- “Ah! Aquilo é um belo edifício que estamos construindo para a Maternidade!”.

Cinco anos depois, um francês, que andava comigo admirando a cidade, indagou: - “Que é aquilo?” - E eu impando de orgulho: - “Ah! Aquilo é um esplêndido edifício que estamos fazendo.

Passaram-se mais cinco anos; e um chileno, meu amigo, vendo projeto, inquiriu:

- “Que é aquilo?” - E eu, todo babado de vaidade:

- “Pois não sabe? Aquilo é um suntuoso edifício em que vamos instalar a Maternidade!”

E eis senão quando, hoje, abrindo os jornais, acho esta notícia: “Foi contratada com o Senhor Fulano de tal, por duzentos contos de réis a conclusão do edifício da praia da Lapa destinado á Maternidade!”

Quase caí fulminado! Ainda haverá por aí quem se atreva a dizer que nós costumamos fazer as cousas devagar?

O que eu peço ao Senhor Fulano de Tal, contratador das obras, é que não se apresse demais ainda posso perfeitamente viver outros quinze anos, à espera da conclusão daquele belo, esplêndido e suntuoso edifício...-X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 12.09.1903, p.2.

A CIDADE

O que caracteriza o aspecto da cidade em época eleitoral é a profusão dos cartazes, enchendo e cobrindo as muralhas, os paredões, os andaimes. Como estamos em véspera de eleição, não há muro que já não seja mostrando aos transeuntes metendo-lhes pelos dentro e fixando-lhes nos cérebros os nomes mais ou menos conhecidos e mais ou menos gloriosos dos candidatos. Até no muro do Passeio Publico, pintadinho de novo, apareceu ontem de manhã, o cartaz de um candidato que, não sendo parente do Sr. Presidente da Republica, tem o nome patronímico (felizmente para a sua candidatura) igual ao de Sr. Ex... Pois se quando foi da eleição passada, até no pedestal da estatua de Pedro Álvares grudaram um cartaz!

Tudo isso é natural: o que não é natural, nem agradável, é que, passada a eleição, ainda fiquem nas paredes essas largas folhas de papel, amarelecendo e apodrecendo ao sol e à chuva. Enquanto não chega o grande dia, os candidatos, indo e vindo, pelas ruas, sorriem com a satisfação e esperança, vendo os seus nomes assim expostos á viva luz da publicidade, batidos em chapa pelo chão solar: aquilo é a nomeada, a celebridade, a fama! E depois da eleição, os eleitos continuam a sentir prazer e orgulho em mirar os cartazes já velhos, que lhes lembram a vitória... Mas os derrotados? Para esses, a permanência dos seus nomes em letras negras, sobre as paredes, recordando-lhes a derrota, deve ser motivo só de mortificação e desgosto...

Deve ser horrível isso! Quando um homem experimenta uma decepção na vida, o seu maior desejo é esquecê-la, é afogá-la no passado, é libertar a alma da sua recordação aborrecida. Para o candidato derrotado, não há esse consolo. A cada passo dado na rua, o infeliz vê nas paredes a eternidade do seu destroço da sua ambição, vivendo e palpitando nos cartazes, que custaram dinheiro e só renderam amargura. E parece impossível que esses desventurados não se lembrem de evitar essa mortificação, mandando raspar os papéis humilhadores e perversos que as chuvas e o sol tão dificilmente descolam e desbotam...

A prefeitura Municipal quis há dias proibir essa velha prática de pregar cartazes eleitorais. Mas os políticos objetaram logo que isso seria uma desaforada violência: e alegaram que o direito de anunciar candidaturas é um direito respeitado em Paris, em Londres, em Berlim, em Roma e em todas as grandes capitais do mundo, sem esquecer Tombuctú, Zanzibar e Quiloa...

Haveria talvez um meio de tudo conciliar a Prefeitura permitiria que os candidatos pusessem nas paredes os seus cartazes, mas obrigá-los-ia, depois da eleição, a retirá-los á sua

custa. Talvez os candidatos vencedores não gostassem da medida, mas os derrotados, se refletissem bem, aceitariam de bom grado a obrigação... – X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 18.09.1903, p.2.

A CIDADE

Creio firmemente que o rato transmite a peste bubônica, e creio firmemente que o mosquito transmite a febre amarela. Vou desde já declarando que essas duas afirmações são para mim dois artigos de fé, afim de que as gentes perversas não vejam no que vou escrever uma oposição encapotada a Diretoria de saúde....Acredito nisso, como acredito e confio na salvação de minha alma pecadora. Mas também não posso deixar de crer que não há poderes humanos capazes de extinguir a peste bubônica e a febre amarela só com a extinção de alguns ratos e de alguns mosquitos, sem a extinção dos porões infectos das bibocas sujas, dos monturos imundos das eiscarias medonhas, em que com tanta comodidade e luxúria a vivem e se reproduzem ratos e mosquitos. Rato e mosquito são filhos legítimos da imundice: e, como essa mãe é infatigável nas suas funções criadoras, suponho que mais vale fulminar de uma vez um útero tão fecundo que estar fulminando parcialmente as criaturas que dele saem.

Quem, por dever de ofício, anda pelas bestesgas da Saúde (que nome bem aplicado!) e da Gamboa, cheias de baiucas de alfarjas, facilmente se convence de que não há em todo o Brasil e em todo o mundo dinheiro que baste para o pagamento da vida de todos os ratos que há por ali, ainda que somente se pagasse um réis por uma grossa de roedores...

Ah! Meus amigos! Não estamos com partes de quem quer e não quer ao mesmo tempo! Deixemo-nos de panos quentes e de circunlóquios! O Rio de Janeiro há de ser um ninho de febres e de pestes, enquanto não o virarmos pelo avesso enquanto não o submetermos a uma derrocada e a uma barrela completas! O Homem, que há de salvar esta cidade, não há de vir armado de uma seringa de formol, nem de uma lata de enxofre, nem de uma pasta de mata-ratos há de vir armado de uma picareta, bem grande e bem sólida! Perdoai-me se vos ofendo, ó matadores de ratos e de mosquitos! Mas tenho para mim que, para sanear o Rio de Janeiro, as poucas demolições feitas pela Prefeitura Municipal têm concorrido mais, muito mais, incomparavelmente mais, inconcebivelmente mais do que todas as desinfecções feitas por todas as Diretorias de saúde que têm florescido e brilhado até hoje. X.

Sem título, coluna "A cidade"
Gazeta de Notícias, RJ, 20.09.1903, p.2

A CIDADE

Ainda não se pode dizer o que será, com solidez, o novo calçamento da velha rua Direita, em frente ao Correio e ao Supremo Tribunal. Mas desde já se pode dizer que, como beleza e decência, será magnífico. É liso, é unido, é de cor uniforme, é “silencioso”, é bem feito. E, daqui a pouco tempo, quem passar por ali, já terá forçosamente idéias mais claras e mais calmas do que as que tinha antigamente, quando passava por uma rua esburacada e suja – que, como o inferno, só era calçada ...de boas intenções.

Isto não é um paradoxo: é verdade segura e irrecusável. O homem, que vai aos seus negócios ou aos seus prazeres com o espírito amarrado a uma meditação, vai habitualmente com a cabeça baixa, olhando o solo. Quando o solo está bem limpo, bem calçado, bem varrido, bem plano, os olhos desse homem vão recebendo sensações alegres as suas idéias. Quando, pelo contrário, o chão está cheio de buracos, de poças de lama, de fendas atulhadas de cisco, os nervos óticos do mísero transeunte vão transmitindo ao seu cérebro desgosto, mau humor, aborrecimento e asco: e esse desgraçado, quando chega ao lugar em que estão os seus negócios ou os seus prazeres, já tem, seu saber por que, a alma revoltada, as idéias baralhadas, a alegria morta, a inteligência enevoada...

Aquele trecho da velha rua Direita é talvez, de toda a cidade, o trecho mais percorrido diariamente pelos nossos “busy-mens” pelos magnatas da Bolsa, pelos corretores, pelos homens em cujas mãos anda girando a fortuna pública... e também particular.

Sobre essa gente, a influência do belo aspecto do novo calçamento ficar pronto, há de haver mais clareza nos negócios, mais prontidão nas decisões, mais arrojo nos cometimentos, mais sinceridade nas ofertas, mais liberdade nas aquisições...e mais: Não esqueçamos, meus amigos que “o homem é um produto do meio”. O país faz o cidadão, e o calçamento faz o transeunte. – X.

A CIDADE

Ninguém deixará de sentir e compreender a indignação do prefeito municipal diante da brutalidade do apedrejamento do pobre cisne preto do parque da República, uma ave rara e formosa, comprada pela Prefeitura em Hamburgo. Sobre esse ato de admirável selvageria, não há nem pode haver duas opiniões: parece incrível que quem o praticou seja homem, um ser dotado de razão, e habitante de uma cidade que é, ou supõe ser civilizada.

O que não se compreende bem é que o prefeito seja obrigado a mandar fechar o parque da República às 7 horas da noite, para evitar essas e outras depredações. A nossa desventurada cidade paga, do seu rico bolsinho, uma grande parte das despesas do seu policiamento e não é justo que lhe não aproveite aquilo que tanto dinheiro lhe custa. Não há quem não reconheça e louve os serviços prestados pelos guardas municipais encarregados da conservação e da polícia dos jardins: mas todos vêem que eles são insuficientes para o trabalho que deles se exige, uma vez que as praças da brigada policial, sustentadas em grande parte pelo município, não lhes prestam o menor auxílio.

A Prefeitura está fazendo quanto pode (e mais do que pode) para dar à cidade belos jardins, bem plantados, bem conservados, cheio de atrações e de encantos. Exigir que, além disso, ela ainda seja obrigada a policiar sozinha esses jardins sem o auxílio da polícia regular, parece-me que é exigir demais: é preciso que se explique e justifique de algum modo o largo subsídio com que o município concorre para a manutenção da nossa brilhante força policial tão bem municada, tão bem fardada e tão louvavelmente disciplinada.

Creio que o prefeito, em vez de mandar fechar os jardins às 7 horas da noite, deveria pedir ao governo que obrigasse a polícia a cumprir seu dever. Porque enquanto a polícia se limitar a brilhar pela ausência os malfeitores irão matando os cisnes, irão destruindo as árvores e passarão depois a matar os guardas, os frequentadores dos jardins e todos os desgraçados transeuntes que se arrisquem a passar pela praça da República. Caramba! Até parece que a praça da República fica a um milhão de léguas de distância da rua do Lavradio!
X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 25.09.1903, p.2.

A CIDADE

Já não sei qual foi o viajante que deu ao Rio de Janeiro o apelido de “cidade janeleira”. Fosse quem fosse, era um homem observador e inteligente, que sabia ver e apelidar.

Justamente, o que caracteriza o Rio de Janeiro, na sua vida social, é o grande amor que as famílias têm a pasmaceira da janela, e a profunda ojeriza que têm aos jardins, aos parques, ao passeio, à rua, ao movimento.

Ainda ontem, domingo, atravessando em bonde alguns bairros da cidade, vi e compreendi bem que esse viajante soube achar, para a nossa beserriça, um epíteto justo e claro. A tarde era linda e quente, de um céu adoravelmente azul, de um encanto suave e consolador. Os jardins públicos, muito verdes e muito perfomados estavam convidando toda a população a um passeio higiênico, a um banho de sol e de ar puro, a um exercício muscular tonificante e agradável. Mas a população, como sempre, deixava-se ficarem casa, numa desanimada moleza. O bonde, em que eu ia, enfiava ruas sobre ruas: e, em todas essas ruas, de um lado e de outro, as janelas das casas estavam cheias. As senhoras, muito penteadas, muito quietas, muito tristes, com muitos laços de fita nos corpetes brancos e muito tédio na fisionomia, olhavam melancolicamente o céu, e abanavam-se com abandono. Os homens (alguns deles em mangas de camisa!) fumavam e cuspinhavam para as calçadas, com o mesmo ar de Supremo aborrecimento na face...Que horror! A vida não estava nos jardins, tão vigorosos e tão frescos, estava nas janelas, naquela exibição de tédio e de preguiça...E até havia crianças, nessas abomináveis janelas, compartilhando a pasmaceira dos pais!

“Cidade janeleira”, que belo e justo apelido! Quando é que toda essa gente compreenderá que o passeio e o exercício ao ar livre geram a saúde e o bom humor, ao passo que a mania janeleira só pode gerar a tristeza, a anemia, a melancolia, a moleza e a coscuvilhice?! X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 28.09.1903, p.2.

A CIDADE

Graças a Deus! Assinado o contrato para as obras do porto, diz-se que o governo vai cuidar do abastecimento de água... Já chega a parecer uma espécie intolerável, uma desmarcada apeginação, este assunto de falta d'água. Mas água é como dinheiro: quem não tem dinheiro há de por força queixar-se dele, e quem não tem água há de por força esgoelasse a pedi-la.

Toda gente fala da sujeira das nossas ruas, mas como de a prefeitura limpá-las, se não tem água? O que pode limpar as ruas não é a varredela, é a lavagem. As vassouras na rua fazem o mesmo que os espanadores nas casas: não suprem o pó, destacam-no, mudam-no daqui para li. O único meio de ter as ruas limpas é lavá-las todas as noites, com jorros abundantes de água. E onde há de a prefeitura invergar água pra isso, numa cidade onde os bombeiros não têm água para apagar os incêndios, onde a gente não têm água para lavar o corpo, e onde quem tem sede é obrigado, por falta d'água, a beber cerveja, a beber vinho, a beber ... os ares pelas mulheres bonitas?

Se é verdade que o governo vai agora dedicar toda sua inteligência e toda sua atividade a solução deste problema pavoroso... e seco, é preciso que levantemos as mãos paro o céu, rendendo graças ao Senhor Misericordioso. Já é tempo de dar de beber a quem tem sede, uma vez que nem sempre se pode dar de comer quem tem fome.

Diz uma certa anedota que um professor de química, na universidade de um país muito amigo de Gambrinus, definia assim o precioso líquido, que hoje fornece assunto à "Cidade", água, substância incolor, insípida, composta de dois volumes de hidrogênio para um de oxigênio, e que, segundo já ouvi dizer, serve em alguns países para ser bebida...

Nós cariocas também podemos dar a água definição nova: "Água, H₂O, líquido de luxo, que forma os oceanos, os rios, os lagos, e que se encontra em todos os pontos da Terra...exceto nos encanamentos do Rio de Janeiro.

A primeira definição é mais engraçada, mas a segunda é mais verdadeira. X

A CIDADE

Diálogo no bonde:

- Hein? Perseguição do jogo? Cerco às batotas? Tagantadas de código penal nas costas do Vício? Pois meu amigo, agora é que o jogo vai tomar conta de toda a cidade, se é que já não tinha tomado!

- Como assim?

- É o que eu lhe digo! Muita gente, que não jogava por não gostar de jogar, vai agora entregar-se de corpo e alma a batota. O fruto proibido é o mais gostoso de todos. A nossa mãe Eva, em todo o pomar do Éden, só achou verdadeiro sabor naquele pomo dourado e aveludado, que o dedo feroz do Senhor lhe apontara como o fruto do Crime. Lembre-se das origens do cristianismo. Apedrejados nas praças públicas, os primeiros cristãos refugiaram-se nas catacumbas: e a esses antros apartados e escuros começaram logo a afluir, pela calada da noite, os noviços, ansiosos por praticar a religião condenada. A perseguição só serve para criar novos vícios e novos virtuosos. Isto já tem sido dito e repetido milhões de vezes, porque é a mais soberana das verdades. Só tem encanto o que é proibido. Max Nordau, no seu livro sobre “Literaturas maisanas” cita o caso de uma linda senhora que, tomando certa vez um sorvete em Nápole, exclamou: “Que bom! É pena que o sorvete não seja um pecado!...”.

- Isso é paradoxo! O que é verdade é que o dever da polícia é perseguidor o jogo. E quando os viciosos virem que o seu vício pode levá-los ao xadrez, a cidade há de ficar livre dessa praga!

- Pode ser. Nada é impossível no mundo. Mas, até lá, deixe-me duvidar. Olhe meu caro amigo! A Jogatina era até agora uma mulher legítima, que o jogador amava aos olhos de Deus e dos homens: por isso mesmo, já ele começava a aborrecê-la. Mas, agora, a senhora Jogatina vai ser uma pecadora perigosa, que se esconde, que se encobre, que vive cercada de mistério e que adquire uma sedução inteiramente nova. Fique sabendo que, nesta civilização corrompida, as mulheres que mais estragos fazem e mais desorganizam a vida humana, são justamente aquelas a quem a gente não se atreve a dar o braço na rua. As outras salvam; estas matam. E até logo! Vou descer aqui...

O bonde parou, e o filósofo foi trabalhar; o seu interlocutor, o que defendia a ação policial, foi comprar cinco mil réis no jacaré. X.

A CIDADE

Cinco horas da tarde. No bonde, ao entrar na rua Treze de Maio:

- Que poeira! E não querem que haja moléstias! Veja o senhor se isto tem jeito! Numa época de epidemias, começar a deitar casas abaixo levantando toda esta poeirada!

- Acha, então, que isto devia ficar como estava? Acha que é um crime alargar a rua, e demolir estes pardieiros imundos?

- Não digo isso. O que digo é que não se pode com esta poeira!

- Mas, com todos os diabos! Ainda não se descobriu o meio de pôr casas abaixo sem levantar poeira. Que é que o senhor quer que se lhe faça?

- Bem! Se ao menos isto ficasse logo pronto e bonito! Mas vai ficar uma rua esburacada, sem prédios de cinco andares, sem belas calçadas, sem árvores.

- Mas o senhor queria que os prédios de cinco andares, as belas calçadas e as árvores nascessem espontaneamente, antes das demolições, antes do alargamento das ruas?

- Não! Mas queria que isto andasse mais depressa!

- Mas depressa como, senhor? Ninguém é capaz de acabar uma coisa sem ter começado. Se o senhor já está bradando contra a poeira logo no começo das demolições, como é que quer que tudo vá depressa? Tape o nariz, e deixe a coisa andar!

- Qual, meu amigo! Esta cidade nunca há de ficar direita!

- Por que?

- Não sei, tenho um pressentimento...

- Ah! Sim? Pois também tenho um pressentimento: é que a salvação do Rio de Janeiro há de ser devida ao senhor.

- Amim?

- Ao senhor mesmo. Para isso, é somente necessário que o senhor se decida a ...

- A que?

- A morrer, levando consigo, para o outro mundo, todos os que vivem a fazer o que o senhor faz, falando mal de tudo e de todos, opondo-se a tudo e exigindo tudo, queixando-se de que ninguém trabalha e descompondo os que querem trabalhar! Vamos, meu caro senhor! Um bom movimento! Desocupe o beco! X.

A CIDADE

Para alguma coisa boa há de servir a peste bubônica. O terror da peste está obrigando a cidade a lavar-se. Pintam-se as fachadas das casas, esfregam-se os assoalhos e as paredes, e sente-se por toda parte o cheiro acre dos desinfetantes. Ainda bem!

Em 1624, um cirurgião famoso, Guilherme Potel, dando conselhos sobre o meio de evitar a peste, escrevia: “Nada de orgias, e nada de banhos!”. Para esse grande homem, o banho era um auxiliar das epidemias! Mas, no tempo em que Potel escrevia, era essa opinião corrente. Então, o banho, além de ser um perigo, era um pecado, e um pecado quase tão grande como a simonia, como o adultério ou como o parricídio. As mulheres, que queriam ficar santas, juravam, antes de tudo, nunca tomar banho. Isabel, a Católica, querendo obter do céu a realização de um certo desejo, comprometeu-se “a não mudar de camisa enquanto Deus não atende-se aos seus rogos!”. E Michelet, tratando da imundice na idade média, diz, em nota de “La Sorcière”: “Soyes surs que ces chevallers et ces belles, les Parcifal, les Tristan, les Inseult ne se levalent jamais!”. Felizmente esse amor a sujeira passou... E se os médicos de hoje estão de acordo na proibição das orgias, nenhum deles se animara a aconselhar à gente que, por medo da peste, odeie a água e abomine o sabão.

Bem, hajaz tu, minha boa cidade, que estás gastando em tintas, lixívias e desinfetantes os teus últimos vinténs, pintando as casas, varrendo os teus quintais e barrelando as tuas roupas! Quanto à abstenção das orgias, não é preciso que te a recomendem: como te meterias nelas: pobre rapariga, se até o café com pão do teu almoço e a carne seca do teu jantar estão ficando difíceis? X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 10.10.1903, pág 2.

A CIDADE

A inauguração do Jardim da praça da Boa Vista, na Tijuca, é talvez o primeiro passo para o aproveitamento daquele paraíso, situado tão perto de nós, e tão desprezado pelo nosso inqualificável desmazelo.

Todos sabem que a Tijuca é uma maravilha, todos dizem, e todos afirmam com orgulho que não há em toda a terra uma cidade possuidora de igual fortuna. Mas a fortuna ali está, há séculos, desdenhada, como se fosse uma inutilidade. Podemos dizer, dando às palavras o seu verdadeiro sentido, que a Tijuca é uma fortuna “para inglês ver”: porque só a sabem admirar os estrangeiros, quase todos representantes desse forte povo inglês, curioso e “touriste” por temperamento, que nasceu para viajar, para explorar a terra, e para apreciar o que ela tem de belo.

Se qualquer outro país do mundo possuísse aquilo, já o teria aproveitado. Aqui, ainda ninguém se lembrou de fundar lá em cima uma formosa vila de verão, com palacetes confortáveis, com um pequeno “cassino”, com um vasto parque, com todas as comodidades de uma perfeita estância estival, onde a gente de dinheiro e de bom gosto iria passar, em plena floresta, mas perto dos seus negócios, e livre do calor, da poeira e das febres, estes meses abrasados em que o Rio de Janeiro parece um dos círculos do inferno. Ninguém se lembrou disso: e a gente de bom gosto continua a transferir os seus penates, de novembro a maio, para a úmida e longínqua Petrópolis, sujeitando a longas e estafantes viagens, que transformam os corajosos “diários” em mártires do “chie”, em verdadeiros calcetas de elegância.

A inauguração do jardim Boa Vista é o talvez o primeiro passo para o aproveitamento daquele Éden. Já há Prefeito que se interesse por aquilo... Falta agora quem tome iniciativa de construir casas, de alargar a zona povoada e, enfim, de lançar lá em cima o gérmen da nossa vila verão.

Ai! De nós está esplêndida natureza casada com o nosso desleixo, fez lembrar uma linda mulher, moça viçosa, casada com um velho cacóchymo e desdentado ...Deus da nozes a quem não tem dentes. X.

A CIDADE

Ontem, à noite, passada por certa rua central, ouvi, saindo do fundo de uma cervejaria, uma voz que cantava:

“A brisa do mar corre manso...”

Daí mais alguns passos e ouvi, à porta de outra cervejaria, uma outra voz

“Eu adoro uma yayá...”

E, em cada cervejaria, (são tantas que há nesta rua!) fui ouvindo uma voz acompanhada por um piano, suspirando uma modinha brasileira! Em algumas “brasseries” a voz era de homem em outras era de mulher, mas em todas o gênero era o mesmo. Ora aqui está onde se vieram meter os nossos clássicos trovadores de esquina, esses cantores tão genuinamente cariocas, que corriam antigamente as ruas, alta noite arranhando com as unhas longas as cordas gemedoras das violas e perturbando o sono dos casais burgueses com a melodia, nem sempre pura, das suas trovas...

O trovador carioca modificou-se no vestuário e nas maneiras e, em vez de cantar na rua, canta agora nos pequenos “cafés-concertos” da rua do Lavradio (lá me escapou o nome da rua!) dando com as suas modinhas um sabor novo à cerveja, que escorre pela guela dos fregueses. O nosso bom trovador já não traz o antigo violão tradicional, companheiros das noitadas em claro pelas ruas adormecidas: agora, o cantor popular, elegante e bem vestido, tem acompanhamento de piano ou de orquestra, e canta o “Bem sei que tu me desprezas” de cima de um estrado.

Foi uma metamorfose digna de ser cantada por Ovídio. Daquela lagarta saiu esta borboleta.

Antes isso! E, se há quem não goste da transformação, é porque sempre há de existir gente de mau gosto. Passando da rua para o “café-cantante”, o trovador passou de vagabundo a artista. E confessemos que sempre é mais original e mais divertido o repertório desses românticos amantes da “pálida Elvira” e da “traidora Marcia”, desses apaixonados cantores do “Nas horas mansas do cair da noite”, do “Quisera amar-te”, do que o estafado repertório das velhas cançonetas francesas, já conhecido e gasto há mais de dez anos em todos os “boulings” de Marseille e Brodeaux. X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 13.10.1903, p.2.

A CIDADE

Não falta quem desde já se ponha a protestar contra o rigor das penas que devem ser impostas aos que não cumprirem o dever da notificação dos casos de peste. Nós somos assim: estamos tão habituados a não ter leis, ou a não cumprir as que temos, já que a palavra “lei”, é para todos nós um sinônimo de violência e de brutalidade.

Ninguém se atreve a negar a existência da peste: todos sabem e confessam que ela está instalada aqui, não como hóspede de poucos dias, mas como inquilina definitiva, ou melhor, como agregada e comensal. Já não é possível disfarçar essa aborrecida desgraça: já não há amor próprio, ou cautela que possam justificar o disfarce. Se assim é, pouco importa que desde já se proteste previamente contra o rigor das penas. Urge estabelecer estas penas, e aplicá-las com todo o rigor. O sentimento que obriga uma família a esconder um caso de peste em pessoa sua é compreensível, mas não é tolerável. Não haverá mãe que não se revolte contra a idéia de ver um filho doente arrancado ao seu carinho e aos seus cuidados. Mas, em primeiro lugar, ninguém privará o doente dos cuidados e do carinho da família: a família poderá ser isolada com o pestoso, e, na aplicação da medida sanitária, haverá apenas mais um incômodo a acrescentar aos incômodos que já causa a moléstia. E, em segundo lugar, o interesse individual deve ceder diante do interesse geral: não é com sentimentos (ou, mais justamente com sentimentalismos) que se governa o mundo...

Se, amanhã, um indivíduo esconder em casa grande carga de dinamite, a polícia terá o direito de prender e punir quem assim arrisca todo o quarteirão da cidade a um desastre terrível. Por que não há de ser punido com multa e cadeia quem, conscientemente, embora por motivos compreensíveis, mantém e propaga uma epidemia, que já nos está roubando tantas vidas, e cujo desenvolvimento pode causar desgraças incalculáveis e horrorosas?

Há penas contra inimigos do Tesouro, que falsificam dinheiro e vendem estampilhas roubadas; há penas contra os inimigos da tranqüilidade pública, que esfaqueiam a barriga de gente pacífica; há penas contra os inimigos da propriedade particular, que arrombam e esvaziam os cofres; por que não há de ter pena contra os inimigos da saúde e da vida de toda a população? X.

A CIDADE

No bonde do Flamengo:

- Viu que desaforo, o Antoine? Assim que chegou de Lisboa, foi dizendo que Buenos Aires é um encanto, e que o Rio de Janeiro é um charco! Um charco, ouviu bem? Um charco! Que desaforo!

- Meu amigo, se eu não tivesse medo de irritar o seu *chatinismo*, dir-lhe-ia que o Antoine, nesse ponto, não andou muito longe da verdade. Que ele fale mal da nossa moralidade, é um desaforo; que diga que andamos nus e empunhando *tomawaks*, é também desaforo; que nos dê como inimigos do alfabeto e da civilização, é ainda desaforo! Mas que fale da pouca limpeza da nossa capital, isso meu caro amigo, não é um desaforo! Isso (desculpe) é coisa que revela um certo talento de observação...

- Aí está! É por isso que o Brasil há de ser sempre choldra! Pois se nós somos os primeiros a desmoralizá-lo! O senhor não sabe o que está dizendo! O senhor é um brasileiro degenerado!

- Basta, meu amigo, basta! Já não está aqui quem falou!

- Nesse momento, o bonde passava pelo começo do Russel. Todos os passageiros tapam o nariz com o lenço. E o “brasileiro degenerado” perguntou timidamente ao *chauvin*:

- Que me diz deste aroma? É cheiro de charco ou é cheiro de jardim?

- Isto é cheiro de desinfetante, senhor! Isto é cheiro de ácido fênico, de formol, de água de Labarraque!

- Não meu caro senhor! Tenha paciência! Eu não sou formado em cheiros...mas o meu olfato percebe muito bem que isto não é cheiro de desinfetante...Isto é cheiro de outra cousa!

- De maresia? O senhor está caluniando o mar, que não lhe fez mal nenhum. O mar não cheira a isto: o mar cheira a saúde, a força, a alegria, a sal, a iodo! Não, meu caro amigo, eu não lhe posso dizer que cheiro é este, porque não quero escandalizar os seus ouvidos...

- Pois, seja lá o que for, o que lhe digo é que Antoine é um grande atrevido, e que o Rio de Janeiro é a cidade mais limpa do mundo!

- Não há dúvida! É a mais limpa, e a mais...aromática! X.

A CIDADE

Nem todas as idéias podem morrer. Morrerão as feias e as más idéias, envenenadas pelo germen da maldade que, no nascer já trazem dentro de si. Mas as idéias boas têm na sua bondade um elemento de vida intensa e fecunda podem desaparecer hoje, sufocadas pela indiferença, pela má vontade, ou por qualquer caprichoso funesto do acaso, mas ressurgirão amanhã, mais belas e mais vivas, zombando de oposições e desastres.

Aquela formosa Exposição de Flores, que está sendo a mais agradável preocupação de toda a cidade, e sobre a qual ainda conversaremos várias vezes neste cantinho da *Gazeta*, devia ter sido inaugurada há justamente um ano, em outubro de 1902, no Parque da República. Um desastre medonho transformou em motivo de luto e lágrimas o que só devia ser motivo de sonhos e sorrisos. E parecia que, sob os escombros do Pavilhão de Flora, ia ficar para sempre morta a carinhosa e poética idéia de D. Julia Lopes de Almeida. Mas essa idéia era das que trazem, no seu esplendor e na sua suavidade, uma força irresistível de vida. E ei-la ressurge agora, instalada junto a Exposição de Aparelhos a Álcool, causando a quantos visitam uma impressão maravilhosa em que há tanto de delícia quanto de surpresa – de delícia, pelo fino gosto que presidiu à sua organização, e de surpresa, pela estupenda profusão e pela inexcedível variedade das flores expostas. Sob este último ponto de vista, a festa de anteontem foi positivamente uma revelação. Ninguém imaginava que houvesse no Rio, em Friburgo, em Petrópolis e em S. Paulo uma tão grande riqueza floral e floricultores tão hábeis.

A Chácara Paulista, a Casa Flora, a Hortularia, os jardineiros petropolitanos e friburguenses apresentaram coleções de cravos, de crisântemos, de calladiums que, com certeza, não têm rivais em todo o mundo. E a exclamação geral, em que se resumia a admiração de todos, era esta: De onde saiu tanta flor? E como é que até agora se ignorava toda esta opulência!

De certo, das inúmeras pessoas que, afrontando a inclemência da noite úmida correspondem à amabilidade do convite da Sociedade Nacional de Agricultura, nem uma só se lembrou, enquanto ali esteve, da peste bubônica, das desinfecções, das discussões políticas e de todas as outras coisas tristes que há cá fora.

Ali dentro, naquele encantado retiro, sob a luz fulgurante das mil lâmpadas de álcool, só há lugar para o perfume cálido das rosas, para o aroma inocente das grandes açucenas alvas, e para os pensamentos bons que alegram a vida e purificam a alma. Aquilo é um oásis, aberto no meio do deserto moral em que os nossos espíritos se arrastam. Uma hora passada ali vale por uma longa viagem a um desses países fabulosos que só existem na imaginação: a

alma da gente, na contemplação daquelas maravilhas da Natureza, aproveitadas pelas Arte,
armazena prazer e consolo para muito tempo...X

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 20.10.1903, p2.

A CIDADE

Um jornal de ontem, em leve crítica maliciosa, estranhou que o simples calçamento de um pequeno trecho de rua sirva de ensejo a festa solene de inauguração....

Realmente, se estivéssemos em uma cidade digna do nome de cidade, essa manifestação de júbilo seria ridícula. Mas ver uma rua bem calçada, no rio de Janeiro, é cousa que não deixa de parecer maravilha. O calçamento desta malfadada urbe tem sido até agora uma cópia fiel do calçamento do Inferno, se é verdade que, como diz o rifão, de boas intenções está o Inferno calçado... Basta cotejar o novo calçamento da rua do Ouvidor, da rua Direita e da rua da Quitanda com o de todas as outras ruas da cidade, para ver que, se não há no caso motivo para foguetório e música, há, pelo menos, motivo para algum espanto e alguma alegria.

Antes da prefeitura – Xavier da Silveira, ninguém cuidava de limpar e aformosear a cidade servia apenas para dar dinheiro à Prefeitura, e para sustentar deputados e vereadores. O Rio de Janeiro era, mal comparando, com um daqueles escravos de fazenda que, bem ou mal alimentados, davam sempre conta da tarefa diária: o senhor tratava apenas de obter deles o máximo de trabalho em troca do mínimo de despesa.

Como não há de causar estranheza e provocar aplauso qualquer dos melhoramentos que hoje se tenham e se realizam? Se em Paris, em Berlim, em Nova York, em Buenos Aires, e até (Oh! Vergonha!) em S. Paulo, fosse festejar com entusiasmo a reforma do calçamento de uma rua – esse entusiasmo seria cômico, ninguém festeja o que é habitual, o que é corriqueiro. Mas, no Rio de Janeiro, o caso é novo, é estupendo, é raro: e a sua raridade justifica a festa.

Em casa de rico, já ninguém saboreia com regalo, com prazer, os perus recheados, os peixes de forno, os acepipes caros, habituados a paparocas de luxo, já não fazem distinção entre o que é bom e o que é mau. Mas, em casa de pobre, onde habitualmente só se come pão seco e feijão bichado, um naco de carne fresca é um banquete! X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 21.10.1903, p.2.

A CIDADE

Elogiar é sempre incomparavelmente mais agradável do que censurar. E é pena que, nas coisas e no movimento da cidade, sempre haja mais pretextos, para censuras do que para elogios.

Vê-de aquele malfadado prédio do cais da Lapa, a princípio destinado a instalação da Maternidade, e agora cedido pelo ministério do interior a vários institutos de ciências e letras. As obras estiveram paradas durante mais de dez anos, e quem passava por ali, contemplava o atestado vivo da nossa inércia e do nosso desmazelo. Há cerca de dois meses, quando se soube que o ministério do interior deliberava última a construção do edifício, não houve quem deixasse de rejubilar com a notícia e, aqui mesmo, neste cantinho da *Gazeta*, eu acendi algumas luminárias e mandei ao céu alguns foguetes festivos em honra dessa boa nova. Se agora sou obrigado a lamentar a perda dessas luminárias e desses foguetes, a culpa não é minha. Quem se livra de decepções, neste mundo triste?

Os operários já estão colocando a cumeeira no malsinado edifício. E pode-se ver, desde já, que ali vamos ter mais um dos feios casarões que desonram a cidade. O prédio terá um só andar, e ficará acaçapado e baixo, como um anão gordo, como um pesado monstro acocorado à beira mar. E, como se isso não bastasse, há ainda a considerar que o teto vai ser um desses medonhos tetos em bico, que foram a glória da nossa arquitetura colonial, e cujo uso ainda é a glória dos nossos atuais mestres de obras. Ainda não houve meio de introduzir nesta desgraçada cidade a moda dos tetos chatos, em açotéia, que já são tão comuns em Buenos Aires, em Montevidéo e em São Paulo.

Valha-nos Deus! Nunca seremos capazes de fazer as coisas, como elas devem ser feitas, acabadas e completas! Francamente, para deixar ali, num dos mais belos pontos da cidade, um casarão térreo, desgracioso e aleijado, não valia a pena gastar boa vontade e dinheiro. Mais teria valido deitar abaixo o que já estava feito, e, depois de negociar como convento do Carmo a cessão do terreno próximo, que lhe pertence, alargar o largo da Lapa. Talvez fosse mais proveitoso e mais bonito. Um edifício apenas assobradado, e com aquela entrada monumental, vai ser um aleijão. Também, que importa um aleijão de mais? Decididamente, parece que há uma jetatura sobre o Rio de Janeiro, e que é inútil estar querendo endireitar o que nasceu irremediavelmente torto...X

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 23.10.1903, p.2.

A CIDADE

No bonde:

Estes escândalos da Câmara! No tempo do império, não havia isso! O imperador não tolerava jamais que se rebaixasse desse modo o parlamento.

- Mas note que o próprio imperador foi muita vez descomposto na Câmara...

- Qual descomposto! Aqueles, homens, o Lafayette, o Ferreira Vianna, o Silveira Martins descompunham de tal modo que, sua boca até os desaforos pareciam elogios! Aquilo é que era gente!

- Ah! Desse modo...

- Veja o senhor outra cousa: estas epidemias, estas desinfecções, estas violências sanitárias! O imperador não era capaz de permitir tamanha brutalidade!

- Creio bem... Creio até que no tempo do império nunca houve epidemias!

- Pois não é verdade? Havia umas molestiasinhas que não faziam grande mal...

- Exato! Havia uma febre amarela que chegava a parecer azul, de tão mansa que era, havia um cólera, que até abria o apetite a quem o apanhava, havia uns tifos e umas varíolas que engordavam os doentes..

- Está claro! Ora, graças a Deus, que encontro um homem com minha opinião! Veja outra cousa: estes roubos de estampilhas, estas falcatruas, essas patifarias quando foi que se viu isto no tempo do Império?

- Também é verdade! No tempo do império, precisava-se por todo este país um gatuno, e não se achava! Durante mais de cinquenta anos, a Casa de Correção ficou vazia. Até os gatunos que vinham de fora, ficavam honestos, assim que desembarcavam aqui!

- Perfeitamente! E veja ainda outra cousa estas casas mal construídas, estas ruas tortas, estas praças mal varridas! No tempo do império como tudo era diferente!

- Tem toda razão! No tempo do império, a cidade estava cheia de avenidas e de palácios! Foi a República que estreitou as ruas e substituiu os palácios por pardieiros! Tem toda a razão!

- Bravo meu amigo, aquilo é que era tempo! Olhe que faz gosto conversar com um homem como o senhor! Passe bem! Vou saltar aqui... Aí! O meu reumatismo! Maldita umidade! Maldita chuva!

Aí está outra coisa que também foi inventada pela República, não é verdade, conselheiro?

- Qual, meu amigo?

- A chuva... No tempo do império não cho via nunca! Aquilo é que era tempo! – X

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 25.10.1903, p. 2

A CIDADE

Todos os dicionários estão errados, ou pelo menos, incompletos. Veja-se, por exemplo, o que diz o venerável! Fr. Domingos Vieira sobre a palavra lei: Lei ou Ley prescrição emanada da autoridade superior. Não é verdade que falta aí alguma coisa essencial e indispensável? Para que essa definição seja perfeita, é preciso aumentá-la deste modo para uso no Brasil: prescrição emanada da autoridade superior, e destinada a não ser cumprida .

Há alguns dias, no Flamengo, à hora matinal do banho de mar, um amigo fez-me uma revelação interessante:

- Diga-me cá! Onde e quando já viu você, nesta casa de banhos do Flamengo, ou qualquer das outras, uma sala especial para receber os afogados, um bote salva-vidas, e um arsenal completo de aparelhos de natação?

- Nunca vi isso...

- Pois fique sabendo que todas as casas de banho de mar são obrigadas a ter tudo isso!

- Obrigadas?!

- Obrigadas sim! Isso é lei! É lei municipal de 17 de novembro de 1896... Por sinal, que o último artigo da lei diz textualmente isto: Este regulamento deve entrar em vigor dentro de dois meses, a contar da data de sua publicação. E, como estamos em outubro de 1903, e como ainda o regulamento não entrou em vigor, é preciso confessar que nunca se viram dois meses tão compridos...

- Foi isso o que me revelou o meu amigo, no Flamengo, à hora matinal do banho de mar. Fui averiguar o caso, e verifiquei se alguma lei posterior veio a revogar aquela. Mas, das duas uma ou a lei ainda está em vigor, e é necessário cumprí-la, ou foi revogada, e é necessário restabelecê-la, porque durante o verão, mais de três mil pessoas tomam banho de mar no Rio de Janeiro, e a experiência tem mostrado que muitos desastres teriam sido até hoje evitados, se aquelas medidas, decretadas pelo Conselho Municipal em 1896, fossem postas em prática.

- Não estou longe de crer que a lei ainda esteja em vigor, e que não seja cumprida. É esse o destino das nossas leis. Também há lei proibindo a venda de bilhetes de loterias nas ruas e tornando obrigatório em todas as casas freqüentadas pelo público o uso de escarradeiras, e todos nós estamos vendo como se cumprem essas leis...-X

A CIDADE

- Decididamente, enquanto não houver um ditador neste país, tudo há de andar torto!
- É exato! O senhor dá-me a impressão de ser o espírito reencarnado de um daqueles velhos escravos, em cujo cérebro, aviltado pelo sofrimento, a idéia de vida...
- Como assim?
- É como lhe digo. No tempo da escravidão, havia pretos que, quando passavam uma semana sem apanhar algumas relhadas, entravam a definhar e suspirar. A gente habitua-se a tudo, até o chicote.
- Perdão! Eu não quero ser cativo para o Brasil: quero um governo forte, que saiba querer e executar.
- Compreendo... Mas diga-me uma coisa: que pensa o senhor do prefeito Passos?
- A que vem essa pergunta?
- Responda sempre...
- Pois bem? Penso que é um homem violento, que está cometendo arbitrariedade, que está vexando os proprietários, que esta fazendo loucuras!
- Muito bem! E diga-me agora: que pensa das desinfecções domiciliares?
- Não me fale disso, senhor! Isso é uma patifaria! Invadir sem mais nem menos a casa de um cidadão! Estragar-lhe os?!
- Bravos, meu caro senhor, muito bem! E diga-me ainda que pensa da notificação obrigatória dos casos de peste?
- Penso que só um médico servil se sujeitará a essa imposição! Eu, se fosse médico, só havia de notificar o que quisesse notificar! E, se houvesse autoridade que tivesse a petulância de me dar ordens, quebrava-lhe a cara!
- Bravíssimo! Bravíssimo! Agora é que eu compreendo a sua ânsia por um ditador! Agora percebo porque o Brasil só pode endireitar no dia em que houver ditadura! X.

Sem título, coluna "A cidade"
Gazeta de Notícias, RJ, 31.10.1903, p.2.

A CIDADE

A cidade veste-se hoje de luto pesado: enchem-se as ruas de uma recolhida e triste multidão, que, em romaria piedosa, vai visitar os cemitérios. É o dia em que as almas esquecendo por algum tempo as preocupações do seu egoísmo: vão render homenagem às almas que já trabalharam e penaram sobre a terra; e é o dia em que as flores companheiras habituais e adorno dos nossos amores dos nossos prazeres vão dar um pouco de sua alegria à tristeza da morte.

É costume antigo dos cronistas, neste dia, a consagração irônica de algumas linhas às manifestações da hipocrisia humana. E nada parece, em verdade, mais ridículo do que essa mágoa convencional em dia previamente determinado pelos calendários, como se pudesse haver dia fixo e fórmulas pré-estabelecidas, para a exteriorização de pesares sinceros...

Mas o ridículo desta velha usança é apenas aparente. O estabelecimento de uma data fixa para a comemoração dos mortos não obedece à imposição de uma convenção hipócrita. Ninguém pretende que cada um de nós dedique este dia à recordação e ao pranteio de seus mortos cada um de nós tem, dentro do coração, um cantinho recôndito e sagrado, onde a veneração dos entes queridos e roubados ao nosso afeto recebe um culto fervoroso contínuo... A data não é estabelecida para mágoa pessoal: é uma homenagem imposta à comunhão humana, por este santo sentimento de solidariedade que nos liga na terra, e que nos leva a agradecer às gerações desaparecidas, sofrimentos e o trabalho com que preparam nosso conforto de agora. Não se trata de lembrar, na mesma simples comovedora prova de afeto e de saudade, todos os irmãos, conhecidos e desconhecidos, que fruíram antes de nós a delícia da vida, e antes de nós a se esforçaram por melhorar, com a sua inteligência ou com a sua bondade, as condições da existência humana, neste pobre planeta, que, longe de ser um degredo e um vale de lágrimas é uma excelente pousada, que a bondade e inteligência podem transformar num paraíso razoável...

Assim considero, o dia de hoje não um dia de hipócrita futilidade: é a grande festa da gratidão, festa que não precisa de aparatos ruidosos para ser significativa e encantadora.

X. Sem título, coluna "A cidade"
Gazeta de Notícias, RJ, 02.11.1903, p.2.

A CIDADE

As flores tiveram ontem o seu grande dia. Todos os jardins foram saqueados e devastados em benefício dos cemitérios, e não houve humilde sepultura que não recebesse ao menos a dádiva de uma florsinha modesta, das que sobraram da ornamentação dos túmulos ricos.

De ano em ano, nesse dia de finados acentua-se a vitória da flor natural sobre a flor artificial. Há ainda, em verdade, muitas fábricas, que trabalham e prosperam nessa concorrência, e nessa triste imitação da Natureza, abarrotando o mercado de rosas, sempre vivas e saudades de papel, de pano, de alumínio, de *biscuit*, ou de penas. Mas em poucos anos, já as conquistas do Bom Gosto são extraordinárias e não é exagero, afirmar que, dentro em pouco tempo, a flor artificial entrará em falência definitiva batida pela flor natural, gloriosa, filha da terra, inimitável criação do húmus fecundo e do sol generoso.

Ainda agora na exposição de rua do Lavradio, uma casa expõe algumas amostras da última tentativa feita pelo artifício, na sua pretensão ridícula de vencer a Natureza. Já não se trata de flores fabricadas pela mão do homem: trata-se de flores naturais se conservadas, dessecadas, envernizadas e pintadas: e muita gente tem admirado, no jardim da exposição esses ramos, realmente lindos, que podem ser dados como demonstrações do quanto consegue a arte, mas cuja contemplação não pode agradar aos olhos dos amigos de Flora.

Aquelas flores não são flores, são apenas múmias de flores...

Cleópatra, a Divina, com o encanto de sua beleza, trouxe acorrentas e maravilhadas todas as almas do seu tempo... Se ela pudesse agora reaparecer na terra tão bela, tão gloriosa como no tempo de César e Marco Antônio, o nosso deslumbramento seria o mesmo, e não faltariam, por este vasto mundo, generais e imperadores que por causa dela perdessem batalhas e impérios. Mas suponhamos que qualquer arqueólogo, qualquer escavador de templos e palácios soterrados descobrisse em qualquerurna do Egito a múmia autêntica de Cleópatra, negra e reluzente, dura e seca, como em bloco de metal, e tendo nas órbitas dois globos de vidro, em vez daqueles olhos ardentes chispantes que matavam de amor os reis da terra... Não haveria coração que não se agitasse ao ver essa múmia, e não haveria homem que por sua causa vendesse alma ao Diabo.

Aquelas flores conservadas são múmias: falta-lhes o aroma, falta-lhes a frescura, falta-lhes a alma. Flores são como mulheres, só encantam ou enlouquecem a gente quando vibram, quando amam, quando têm perfume, quando vivem. – X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 03.11.1903, p.2.

A CIDADE

Começam os ásperos calores, as nuvens de pó sufocante, a tortura longa dos quatro meses infernais. E começa também o êxodo da gente da gente rica, que sobe para Petrópolis, o Paraíso dos vadios que nunca descem do Rio, e o Purgatório dos pobres *diários* que passam o verão a subir a descer a serra com a constância de uma coluna de açougue em escala barométrica...

Desventurados *diários*! O seu padroeiro, o seu orago é o velho Ashaverus, o amaldiçoado Judeu Ervant condenado a vagar perpetuamente pela terra como os cometas vagam pelo céu.

Durante o verão, o *diário* é um autômato que tem corda para cinco meses. Levanta-se às cinco da manhã, barbeia-se e levanta-se em três minutos, abala para estação, desce a montanha, atravessa a bahia, voa esbaforido pela Prainha, almoça a galope, trata a galope dos seus negócios, consulta de minuto em minuto o relógio, súa, como um alambique, deixa tudo por acabar, dispara outra vez pela Prainha, arrisca-se dez vezes por dia a morrer debaixo das rodas dos caminhões, toma a barca deitando os bofes pela boca, chega ao hotel quando já a campainha está anunciando o jantar, mete-se na casaca de Nessus, engasga-se com a comida, vai fingir que se diverte nos *clubs*, ouve concertos, joga, dança, cai na cama esbarrondado às duas horas da manhã, dorme com um olho fechado e outro aberto, e ao romper da madrugada recomeça a mesma lida medonha, esse tremendo suplício infinitamente mais fatigante do que o do *tread-mill* inglês...

Pois bem! Esses mártires, que anualmente engordam as rendas e avolumam os dividendos da Leopoldina, gozam atualmente as mesmas comodidades (?) que gozavam há dez anos: as barcas, ronceiras e pesadas, nadam como tartarugas; os vagões do trem são apertados como latas de sardinhas, e quentes como fornos de cremação; e essas viagens, que em qualquer parte da Europa se poderiam fazer em uma hora, fazem-se aqui em duas horas e meia... quando não há atraso.

Vereis, daqui a pouco, como hão de começar a aparecer, nos jornais, as queixas...E, todos os anos, a mesma coisa: os passageiros lastimam-se, a Leopoldina faz ouvidos moucos, não se muda a estação da Prainha para mais perto do centro da cidade, não se substituem as barcas, não se reforma o material da estrada de ferro! E os *diários* continuam a pagar e a sofrer.

Console-vos ao menos, ó *diários* tão mal aventurados na terra! A certeza da bem aventurança no céu...Há no céu muitos santos, que nunca tiveram cá em baixo a vossa paciência e o vosso estoicismo! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 09.11.1903, p.2.

A CIDADE

Disseram-me ontem que o Clube dos Diários – o único centro de vida civilizada e elegante que anima os invernos no Rio e os verões em Petrópolis – vai gastar não sei quantas dezenas ou centenas de contos de réis e em reconstruir velha casa da rua do Passeio, de modo a ter dentro dela uma instalação digna da sua riqueza e do seu bom gosto.

Não sei se a informação é segura. Mas com este incorrigível costume de me meter onde não sou chamado, quero desde já estranhar que o Clube dos Diários pretenda seguir o funesto exemplo dos que, em matéria de instalação, preferem o sistema dos remendos e das adaptações mais ou menos atabalhoadas, ao sistema da construção completa e perfeita, *Fond en comble*, dos alicerces à cumeeira.

Justamente lê-se nos jornais de hoje que o ministro da indústria vai desentranhar do projeto do saneamento a parte que se refere à avenida, de maneira a dar começo imediatamente ao trabalho de abertura. Porque há de o Clube dos Diários resignar-se a ficar instalado naquele velho prédio, de tão pesada e feia construção em vez de construir na Avenida o seu palácio? Se os grandes clubes, as grandes companhias, os grandes estabelecimentos comerciais não tomarem conta do seu *boulevard*, não hão de ser certamente os pequenos comerciantes, as lojas de pechisbeque, os quiosques e os pequeninos botequins que hão de dar animação a essa grande artéria central. A avenida precisa de prédios monumentais, ou pelo menos grandiosos, que digam com a sua largura e com a sua extensão. Se vamos ter ali dois renques de casas térreas ou assobradas, com telhadinhos em bico e compoteiras na cimalha, mal haja quem teve a idéia de dar ao Rio de Janeiro essa maravilha!

O Clube dos Diários tem, no seu grêmio, a gente mais rica, mais fina, mais civilizada do Rio de Janeiro: dessa gente é que deve partir o exemplo do bom gosto, a lição do conforto e da elegância. Esse clube pode ter o seu palácio, se não tão luxuoso como o palácio do Jockey-Club, em Buenos Aires, ao menos um pouco mais belo do que o casarão do Passeio. E, como a avenida já não pode agora deixar de ser feita, é para ela que a gente daquela magnífica sociedade deve transportar os seus penates. Mas vale, de certo, gastar um pouco mais de dinheiro, e ficar com uma instalação perfeita, do que fazer economias caseiras em ridículos remendos.

Casa velha e remendada é como mulher velha pintada: pode fazer vista, mas nunca chega a merecer a corte de quem tem bom gosto. X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 13.11.1903, p.2.

A CIDADE

É opinião geral que não há no Rio de Janeiro o hábito de usar carruagens unicamente por causa da barateza do bonde e da péssima qualidade do calçamento. Essas duas razões serão as principais, mas há ainda uma razão de grande monta, que concorre com as outras: é a quase impossibilidade, em que a gente se vê, de se servir de um carro ou de um *tilbury*, porque esse serviço é espantosamente caro.

Creio que há, em vigor, uma tabela de preços para as viagens de carros e *tilburys*. Mas essa expressão – *em vigor* – é uma escandalosa mentira. A tabela não é cumprida, porque não há autoridades que obriguem os cocheiros a cumpri-la. Uma viagem de carro custa dez, quinze, vinte mil réis, quando não custa trinta ou quarenta. Qualquer cocheiro de *tilbury* exige aqui do passageiro cinco ou dez mil réis para transportá-lo do centro da cidade a um bairro próximo, com a mesma serena e impassível tranqüilidade com que, em qualquer outra cidade, exigiria *meio peso*, ou vinte soldos pelo mesmo serviço. Se o passageiro protesta contra a enormidade do preço, o cocheiro levanta os ombros e manda-o bugiar.

Ainda ontem, encaminhei detidamente a tabela que está *em vigor*. É uma tabela salgadíssima! E, ainda assim, não é cumprida!

Dir-se-á que cada viajante tem o direito de somente pagar o que está marcado na tabela. Mas em primeiro lugar, onde se encontram as tabelas? E, em segundo lugar, se o cocheiro injuriar ou esbordoar o freguês recalcitrante (já se tem dado isso muitas vezes!) a quem há de o prejudicado dirigir a sua queixa, nesta maravilhosa cidade em que o policiamento das ruas é um mito?

Esta seção da *Gazeta* já recebeu algumas cartas, lembrando a conveniência de ser dado a tal serviço uma regulamentação vigorosa e eficaz. Seria bom que a Prefeitura Municipal examinasse o caso, e procurasse um meio de diminuir razoavelmente a ação nefasta da tirania dos Senhores automedontes de praça.

Não venham dizer que o carro é luxo, e que quem quer luxos, paga-os. Carro nem sempre é luxo: é, muitas vezes, necessidade, e necessidade urgente. Mas, ainda que fosse apenas luxo, não seria justo que, havendo leis para todos os cidadãos, só ficassem a coberto delas os cidadãos cocheiros. X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 14.11.1903, p.2.

A CIDADE

Na véspera de 15 de novembro, alguns capinadores estiveram limpando o vasto quadrilátero da Praça da República, entre o jardim e o Quartel General, onde se realizam habitualmente as paradas militares, em dias de grande gala. Despido do capim bravo que forrava, lá está agora o largo espaço de terra batida, com um aspecto mais decente do que o que apresentava antes da monda providencial... E os passageiros dos bondes de São Cristóvão perguntaram uns aos outros: “Porque é que a Prefeitura não manda calçar a paralelepípedos este trecho da Praça? Como é que se conserva aqui, ao lado mais belo parque da cidade, no ponto mais freqüentado da zona urbana, este feio terreiro que faz lembrar as praças das cidadezinhas da roça; São José d' El Rey ou Parati, Mar de Espanha ou Santa Rita de Paquequer?”.

A resposta é fácil... A Prefeitura já quis tomar essa medida, mas o ministério da guerra declarou que precisa daquele local para a formatura das tropas, e que precisa dele assim mesmo, sem calçamento e feio...

Aqui, naturalmente, ocorre uma interrogação: como é que o calçamento da praça pode impedir ou prejudicar a formatura das tropas? Então a cavalaria, a infantaria, a artilharia não podem fazer evoluções de parada em um espaço calçado?

A essa interrogação é que ninguém dá resposta. Pelo menos, ninguém lhe dá resposta satisfatória.

Já encontrei um cavalheiro que achou para o caso uma desculpa de ordem econômica. Segundo esse preopinante, o calçamento a paralelepípedos, gastaria as solas das botas dos soldados...

A razão pode parecer poderosa... Mas causa realmente espanto que, gastando o Brasil quase cem mil contos de réis por ano com a sua força armada, seja necessário deixar sem calçamento um ponto central da cidade para fazer economia nas solas das botas dos soldados... X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 18.11.1903, p.2.

A CIDADE

A cidade está sob a impressão de uma “série vermelha”, chama-se “série vermelha”. Chama-se “série vermelha”, em estilo de jornalista, a uma sucessão de casos trágicos, suicídios, assassinatos e desastres, coincidindo todos, com a desusada repetição, em limitado trecho de tempo. Não vale a pena contar os casos dessa ordem, que se acumularam em poucos dias: houve quem se matasse por amor e por atrapalhões de vida, houve quem matasse e quem deixasse matar por ciúme, por vingança, por perversidade, por loucuras, e... por não ter mais que fazer. Tudo isso pouco importa: nas grandes capitais, e o Rio de Janeiro, apesar de todas as suas qualidades de aldeia, é uma grande capital, essas “séries vermelhas” já não comovem...

O que merece comentário é o espanto com que toda a imprensa comentou o modo de viver de todos os protagonistas desse último drama do mal falado bairro da Saúde, dois vagabundos da mais triste espécie, morando numa fuma em que decentemente só poderiam morar cachorros ou bácoros, e alimentando-se com cousas inomináveis, como verdadeiros animais inferiores.

Sempre que se descobre uma existência miserável como essa, os noticiaristas põem no estilo das suas notícias um espanto extraordinário, como se fosse uma inesperada surpresa a revelação dessa miséria. A cousa explica-se facilmente. Tantas vezes ouvimos dizer que “o Brasil é a terra em que ninguém morre de fome”, que ficamos convencidos da verdade dessa afirmação e alimentamos o engano de estar vivendo numa terra da Promissão, cheia de felicidades, mais rica do que o Pactólo, mais farta do que o Éden primeiro.

Mas essa só pode ser ilusão de quem nunca saiu da rua do Ouvidor... Quem anda pelos morros que cercam a cidade, quem perlustra essa misteriosa lóbrega zona de casebres e de estalagens em que vive a gente miserável, é que pode saber o que é a crise terrível de higiene e de moral, que a cidade está atravessando. Ah! Se a miséria dos fracos, contrastando com a fortuna dos fortes é uma prova de civilização, podemos dizer com um orgulho para louvável, que estamos civilizados...

E é interessante (para não dizer revoltante) que só nos mostremos impressionados pelos aspectos da nossa vida essencialmente urbana, e preocupados com o saneamento do centro da cidade, quando o grande mal, o mal terrível, o mal hediondo está nessas furnas, nessas bibócas, nessas bestegas imundas da nossa *white-chapel* – onde ninguém sabe ler, e onde ninguém toma banho... X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 19.11.1903, p.2.

A CIDADE

O prefeito sancionou ontem uma lei do conselho, que o autoriza a determinar qual o perímetro da cidade em que são proibidas as hortas e as plantações de capim, fixando, em regulamento, o prazo dentro do qual devem cessar os capinzais e as hortas existentes.

O assunto é prosaico, mas é interessante. O cronista de *A Cidade* não pode inventar assuntos poéticos e perfumados, quando justamente os temas que a vida urbana lhe ofereceu primam sempre mais pela vulgaridade e pelo mau, do que poesia e pelo perfume.

Este caso das hortas e dos capinzais é velho bolorento já há cinqüenta anos os médicos protestam contra esses focos de miasma, situados no centro da cidade espalhando em torno germes de moléstias. E é preciso notar que, há cinqüenta anos, ninguém suspeitava que os mosquitos, hóspedes tão constantes e tão amigos das valas de agrião e dos capinzais empoçados de lama, fossem os únicos transmissores desta maligna febre amarela, que é a arma predileta dos Antoinés contra a nossa reputação...

Mas sempre que se tem querido afastar do centro da cidade estes viveiros de miasmas, de micróbios e de mosquitos, os donos dos capinzais e das hortas têm achado amparo e defesa na advocacia e no sentimentalismo: a advocacia apela para a confusão e obscuridade das posturas municipais, e o sentimentalismo põe-se a lamentar a triste sorte da pequena lavoura que dá o pão de cada dia a uma porção de gente pobre e humilde...

Eu, por mim, posso dizer que poucas cousas serão tão difíceis, no Rio de Janeiro, como dar cabo de uma horta. Há, em certo bairro da cidade, uma casa de ensino, em que se reúnem diariamente cem crianças: perto dessa casa, há um terreno vastíssimo, em que se cultivam couves, agriões, repolhos e cenouras. Sai dali um mau cheiro entontecedor: as moléstias, geradas naquele lodaçal, devastam o bairro. Pois bem! Há dois anos, por dever profissional, e para acautelar a saúde das crianças que passam o dia junto de tal viveiro de febres, vive quem escreve estas linhas a pedir providências contra o abuso: e as providências não aparecem porque a atrapalhação das posturas e o sentimentalismo estendem sobre o caso a sua bandeira de misericórdia.

Agora que vai haver um regulamento sobre isso, só ficará em campo o sentimentalismo. Porém, pelo amor de Deus! A gente pobre e humilde, que vive de plantar e vender couves, agriões e capim, bem pode mudar, sem grande prejuízo, as suas hortas e os seus capinzais para longe das casas em que moramos e das em que se educam as crianças... X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 21.11.1903, p.2.

A CIDADE

Poucas cidades terão, como a nossa, uma polícia tão chibante, tão garbosa, tão belamente uniformizada e tão severamente disciplinada. Ainda há poucos dias, na parada de 15 de novembro, a população pode admirar o garbo dessa bela tropa policial, à qual não faltaram, pelas ruas, aplausos calorosos. A outra polícia, a civil, não é vistosa, mas é numerosa, e bem paga: que digam os empresários dos cafés-concertos, cujos porteiros assistem todas as noites... desfilam de imensas profissões de suplentes, de inspetores e de encostados que não pagam entrada, e o que digam os orçamentos do ministério do interior, arrebatados pela pletora das verbas polícias...

Isso demonstra que o poder público timbra em velar pela felicidade e pela tranquilidade do povo, não poupando dinheiro para que a gente urbana não tenha a vida em perigo, e para que os galinheiros dos subúrbios não sejam devastados pelas raposas de dois pés.

Infelizmente, o que se vê é que o dinheiro é posto fora em pura perda. Nas ruas mais centrais da cidade, depois de meia noite, os cidadãos andam com a alma nas mãos, tremendo de medo, e vendo cada vulto que se aproxima a ameaça de um assalto... e da morte. Nos bairros afastados, os gatunos vão de casa em casa fazendo a sua colheita de jóias, de dinheiro, de galinhas, sem que apareça, para lhes defender a propriedade e a vida, essa polícia tão bem organizada, tão bela e tão cara.

E os crimes? Esses ficam quase sempre sem punição; e os criminosos? Esses só caem nas mãos da polícia, quando, sentindo nostalgia do cárcere, vão de motupróprio entregar-se à autoridade.

Ai está, por o exemplo, esse crime de Cascadura, cujo autor deliberou agora, três anos depois de ter assassinado o velho relojoeiro *Mossiú*, confessar sua culpa, provavelmente para se torna digno do reino do céu, praticando a obra de misericórdia de guiar pelo caminho da verdade os cegos da rua do Lavradio... Se é preciso citar mais exemplos, citemos o assassinato do velho avarento da rua General Câmara: os assassinos evaporaram-se, sumiram-se, como espectros impalpáveis, e a polícia está quase disposta a declarar que o Harpagon foi assassinado por si mesmo, depois de ter engolido todo o dinheiro e todas as apólices que

guardava em casa... E ainda, não há uma semana, foi assassinado um homem, logo às primeiras horas da noite, numa das ruas mais freqüentadas de Botafogo, e ninguém assistiu ao conflito de que se originou o crime e a polícia anda às tontas, a quebrar a cabeça pelas paredes, quase disposta, ainda neste caso, a declarar que foi o assassinato quem promoveu sozinho todo o conflito, e quem a si mesmo crivou de facadas por mero divertimento.

Ora, pois! Se é para isso que temos uma tão bela polícia militar, e se é para isso, que sustentamos tantos inspetores e tantos encostados, podemos limpar as mãos à parede! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 23.11.1903, p.2.

A CIDADE

– Então? Leu *Reminiscências* do *Jornal*? Parece impossível que o Lucena, um *homem* velho e experimentado, tenha acreditado naquela história da vinda do príncipe D. Augusto, ao bordo de uma conversa austríaca, para restaurar a Monarquia...

– Parece impossível? Não sei por que! Eu por mim acredito piamente que naquele tempo, tudo esteve preparado para a volta da monarquia, e mais ainda: acredito que, ainda hoje, tudo está preparado para ela, e que o príncipe do Gram-Pará há de ser coroado na praça pública, com aplausos de todos jacobinos de hoje...

– Ah! Meu bom amigo! Pelo que vejo o seu sebastianismo ainda conserva o verdor e a frescura dos primeiros dias da República!

– Eu hei de ser sebastianista até morrer. E, quanto mais vivo, e quanto mais vejo o descalabro da República, mais me convenço da fatalidade da restauração.

– Então acredita que ainda que ainda seremos governados pelo príncipe do Gram-Pará, ou pelo pai, ou pela princesa Izabel, ou pelo príncipe Augusto. Deus não há de permitir que o Brasil fique eternamente sujeito a este regime de roubalheiras e de imoralidades! A restauração há de ser feita!

– E acredita que o povo, esta imensa carneirada de vinte milhões de cabeça, aceite de bom grado a restauração?

– Que remédio! O povo se não a aceitar de bom grado, há de aceitá-la à força: para isso é que a Inglaterra, a França e a Áustria têm esquadras!

– Mas que diabo tem a Inglaterra, a França e a Áustria com toda essa história?

– Têm tudo! A Inglaterra tem aqui o seu rico dinheiro, e sabe que o único meio de salvá-lo é auxiliar a restauração; a França é a pátria do conde d’Eu e há de querer vingar a afronta injusta que fizemos a esse príncipe, pondo-o fora daqui; e a Áustria há de querer mostrar-se grata aos nossos jovens príncipes, que foram alistar-se no seu exército!

– Bem... bem! Compreendo agora... Realmente essas razões são tão poderosas, que já não ponho em dúvida a vitória da restauração. E diga-me: o partido Sebastianista já escolheu o palácio em que deve morar o novo soberano?

– Que importa isso?

– Importa muito! O Paço da cidade está ocupado pelo Telégrafo; e Paço da Boa Vista esta ocupado pelo Museu...

– Ora! Desalojam-se o Telégrafo e o Museu, ou procura-se por aí outro palácio qualquer!

– Não! não sei é preciso procurar! Eu já achei! Para alojar D. Sebastião, que o sebastianismo espera, há uma casa, que além de muitas outras vantagens, ainda possui a vantagem de ter cor local...

– Qual é?

– É a Casa de Saúde de São Sebastião. X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 25.11.1903, p.2.

A CIDADE

A *Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool* acaba de ser encerrada com uma grande festa, cujo esplendor não conseguiu disfarçar a grande mágoa com que todos viam fechar-se aquele ponto de reunião das famílias do Rio.

Essa mágoa era geral. Queixavam-se as famílias, e queixavam-se todos os empregados e auxiliares a quem a Exposição deu trabalho durante trinta e sete dias. Essas festas, de fato, não servem apenas para distrair e alegrar a gente rica de remediada: servem também para empregar e recompensar a atividade da gente pobre, para mobilizar o dinheiro, e enfim para, como dizem expressivamente os franceses, “*faire marcher le commerce*”.

A exposição tinha, por dia, uma despesa de seiscentos mil réis: e essa grande soma posta em circulação, ia diariamente sustentar grande números de operários.

Acrescente-se a essa verba a verba das despesas feita pelos visitantes: carruagens, bondes, restaurantes, *toilette*, e ver-se-á que todo aquele esplendor e toda aquela alegria davam em resultado prático altamente louvável. Para que se faça uma idéia do movimento de dinheiro que ali havia basta dizer que um dos *garçons* do *buffet*, inquirido por mim, declarou ter recebido, só na *última noite*, vinte cinco mil réis de gorjetas... E é quase impossível calcular quanto lucraram, com aquela brilhante propaganda, os fabricantes de aparelhos a álcool, os proprietários de engenhos, as casas floricultura, o arrendatário do serviço de restaurante e botequim, e até a caridade, que ali esteve tão nobremente representada pela benemérita *Associação das Crianças Brasileiras*.

Atendendo tudo isso, é justo lamentar que essas festas, tão belas e tão úteis, sejam tão raras no Rio de Janeiro. O êxito brilhante da Exposição de Álcool e da Exposição de Flores serve para mostrar o quanto é fácil, com um pouco de boa vontade e bom gosto, proteger a indústria e o comércio, dar trabalho a quem quer trabalhar, fazer propaganda das nossas riquezas naturais, divertir o povo, e melhorar os costumes da cidade desenvolvendo e operando os hábitos de boa saciedade e criando centros de convivência civilizada e amável.

Enfim, o exemplo aí fica: esperemos que não se perca tão formosa fecunda lição.

Sem título, coluna “A cidade” X.

Gazeta de Notícias, RJ, 27.11.1903, p.2.

A CIDADE

Tive ontem uma surpresa encantadora dessas que felizmente compensam as decepções da vida...

O encanto dessa surpresa deve-o ao Doutor Julio Furtado, o nosso amável inspetor de Matas e Jardins, um funcionário modelo *doblé* de um verdadeiro poeta, porque é um grande amigo das flores e de todos os belos aspectos da natureza.

O Doutor Julio Furtado, que só pensa em tornar cada vez mais atraente e belo os jardins do Rio de Janeiro, começou agora a encher de flores os relvados do Passeio Público; e é ocioso encarecer o valor dessa inovação, que toda gente de bom gosto reclamava. A Inspetoria de Matas e Jardins verificou que, ao contrario do que vaticinavam os profetas de má morte, o povo do Rio de Janeiro tem sabido respeitar as flores do largo do Paço, na praça Onze de Julho, da Boa Vista, e de todos os jardins abertos agora tão bem tratados pela Prefeitura: e animada por esse resultado consolador, resolveu introduzir o mesmo melhoramento nos parques, que até agora sem flores tinham um aspecto severo e melancólico. De todas as grandes capitais, era o Rio de Janeiro a única, que não possuía flores nos seus parques: dizia -se que a garotada se encarregaria fatalmente de destruir com o seu vandalismo os canteiros, e, com a nossa proverbial preguiça, não nos dávamos ao trabalho de fazer uma tentativa civilizadora para verificar até que ponto os acontecimentos viviam a confirmar as previsões. Agora a tentativa foi feita, e coroada, de um êxito triunfal.

A minha surpresa foi esta: entrei por acaso no Passeio Público, ontem, e não pude conter uma exclamação de júbilo, vendo em torno do busto de Gonçalves Dias um lindo canteiro florido, cheio de formosas *margaridas* e de admiráveis *monsenhores*, entre folhagens verdes.

Posto ali, no seio do nosso mais poético jardim, está no seu bom e justo lugar o grande poeta de *Os Tymbiras*, o apaixonado amante das árvores. Junto dele, um velho coqueiro, irmãos daqueles a cujas sombras batalhavam e dormiam *I-Juca Pirama* e *Gurupema*, sacode ao vento as suas palmas sussurrantes: e, em roda fluem águas plácidas, e levantam-se árvores majestosas em cuja romaria dos pássaros celebram ao romper do sol a glória da terra... Ali só faltavam flores, as flores que o grande poeta amava tanto, e que lhe inspiraram aqueles formosos versos:

“Bem fadadas do sol, do amor bem quintas,
O orvalho as cria, as lágrimas as murcham...
Meigas flores gentis, quem vos não ama?”

Hoje felizmente, já não faltam flores ao busto do cantor de *I-Juca Pirama*, graças ao Dr. Julio Furtado, o bom amigo e protetor dos jardins onde as aves cantam e os poetas sonham... – X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 30.11.1903, p.2.

A CIDADE

Não! Não é possível... Eu bem queria não voltar ao triste caso daquele malfado edifício do cais da Lapa, primitivamente destinado à Maternidade e destinado agora a vários institutos de ciências e letras, entre os quais a Academia Brasileira, cujos *imortais*, coitados, não tinham onde cair mortos... Eu bem queria tratar de outra cousa, e deixar em paz aquele mostro! Mas não é possível! Aquele monstro é o meu espantinho, é a minha idéia fixa, é o dissabor dos meus dias e o pesadelo das minhas noites...

Há cerca de mês e meio, nesta e em outra seção da *Gazeta*, levantou-se um protesto contra a tolerância do ministério do interior em consentir que um empreiteiro estragasse e aniquilasse a planta primitiva do edifício, construindo em vez do edifício monumental projetado, uma horrível casa assobradada, mostrando sobre o seu corpo disforme uns hediondos telhados pontudos e vermelhos. Logo no dia seguinte, apareceu aqui um amável engenheiro do ministério do interior e disse-nos que “a transformação da planta obedecia a um motivo de rigorosa e inevitável economia”, e que “os telhados não ficariam visíveis, porque seriam encobertos pela cimalha ou platibanda do edifício”. Ouvindo essa explicação, nós todos ficamos mais ou menos satisfeitos, e eu meti dentro de um saco a pobre viola que vivo a tanger neste cantinho da *Gazeta*...

Ora, pois! A tal cimalha, ou platibanda, ou melhor nome que tenha, já está levantada! E lá estão, bem à mostra, bem visíveis, bem erguidos à luz do sol, os medonhos telhados vermelhos e pontudos, atestando a perfeição do nosso bom gosto arquitetônico!

Eu posso afirmar ao Senhor engenheiro do ministério do interior que não há, em todo o Rio de Janeiro, uma só pessoa de educação artística, que não revolte contra aquilo: aquilo é um horror, aquilo é uma abominação...

Já não quero falar da redução de plano primitivo: e muita cousa se poderia dizer e escrever sobre isso... Porque enfim, quando o Doutor Frontin declara que os particulares não poderão construir em certa zona de avenidas prédios de menos de três andares, chega ser monstruoso que o governo mande *dar um só andar* a um prédio seu, construído em um dos mais belos pontos da cidade. Mas já não quero tratar desse ponto... O que quero é pedir que, ao menos se modifique de qualquer maneira aquela cimalha, ou platibanda, ou não sei que de modo a esconder uns telhados que somente seriam dignos do edifício da Academia de letras de Tombuctu ou de Cantão.

O Senhor ministro do interior não é um simples “político”. É um homem de talento e cultura, que tem educação artística e bom gosto. Veja sua Excelência: se manda endireitar aquela cousa (platibanda ou cimalha?) e se consegue obrigar o empreiteiro a disfarçar aqueles telhados! Será uma obra de misericórdia! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 03.12.1903, p.2.

A CIDADE

O mar é nosso grande, nosso bom o nosso generoso Amigo! É ele quem fornece o banho salutar e delicioso à gente pobre, que nem para matar a sede tem água em casa, e é dele que nos vem o ar puro, com que nos salvamos da asfixia nos apertados becos dessa imensa fomalha. Que seria de nós, ó bom, ó grande, ó generoso mar! Se não tivéssemos de tão perto de nós a tua beleza e a tua utilidade, os teus encantos e os teus benefícios?

Este hymno ao mar vem a propósito de uma inovação agora introduzida nos costumes da gente carioca os passeios, à noite, à Copacabana, ao Leme, à vila Ipanema. Nestas noites assassinas em que o ar, que se espira no centro da cidade, parece um hálito abrasado saído do fundo das cadeiras de Pedro Botelho, há uma verdadeira romaria para aqueles lados: os bondes partem cheios, e até alta hora da noite há grande movimento na linda praia, situada fora da barra, e varrida pelo vento largo do mar alto.

Confesso que tive uma surpresa deliciosa, quando, uma dessas últimas noites, seguindo por curiosidade a onda de gente que abalava para Copacabana, fui achar nesse remoto bairro algumas novidades que bem merecem um elogio caloroso. Caloroso, não! Porque é justamente para fugir ao calor que a gente vai à Copacabana; e o elogio, para ser digno da cousa elogiada, deve antes ser... refrigerante.

Uma dessas novidades é a instalação de cabanas rústicas, e de pequenos botequins ao ar livre, espalhados pelos pontos mais belos da praia e que se enchem de famílias. Ali, tomando cerveja ou sorvetes, passa a gente uma hora encantadora, respirando um ar que acaricia os pulmões, e admirando a cintilação das pedrarias e policromias, que a projeção intermitente do farol da Rasa acende na superfície inquieta das águas.

Chega a parecer monstruosa, absurda, inconcebível, a vida que passavam antigamente os nossos maiores, durante o verão, nesta feia cidade, encafuado nos sobradinhos estreitos, dormindo em alcovas fechadas, e contentando-se com “tomar fresco” à janela, mexericando e suando, numa pasmaceira idiota... A descrição desse novo aspecto de Copacabana serve para mostrar que a nossa gente já se está consideravelmente desembezzando: a vida noturna do Rio deslocou-se do centro da cidade para os arrabaldes, e principalmente para o junto do mar, do grande, do bom, do generoso mar, que é o nosso melhor amigo, e cuja amizade nós pagamos com uma tão feia ingratidão, consentindo, que a Companhia de Esgotos despeje dentro dele as suas imundices, na orla das praias, justamente nos pontos em que mais agradáveis são o passeio e o banho...

Perdoa-nos, grande mar! Nós não sabemos o que fazemos! Perdoa-nos, e continua a encantar-nos os olhos com a tua beleza, e mitigar-nos o calor com as tuas brisas saudáveis! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 06.12.1903, p.2.

A CIDADE

Há dias, indo levar ao cemitério o corpo de um amigo ilustre e querido, vi chegar o enterro de uma criança.

A tarde era pavorosa de calor: o ar abrasava os pulmões não havia aragem que sacudisse a copa das árvores, e a soalheira estonteia as cabeças mais fortes. Por esse bárbaro calor de dezembro, a dois de fundo, carregando flores, com as cabecinhas descobertas, mais de cinqüentas crianças seguiam o caixão que levava à cova a criança morta. Era revoltante o espetáculo daquele préstito de meninos e meninas, entre sepulturas, expondo-se à isolação e à infecção, e obrigados a manter uma compostura triste e compungida, tão imprópria da sua idade...

E o que mais me revolta, no hábito abominável de levar crianças aos cemitérios, não é o perigo a que se expõe a sua saúde: é a influencia moral do espetáculo da morte, é a estupidez com que se obriga a alma infantil a se entristecer com essa idéia do aniquilamento e da podridão. Aos olhos e à alma de uma criança só se devem dar espetáculos alegres e risinhos, que afirmem a glória e ventura de viver: por que se lhes há de dar tão cedo a tortura dos aspectos fúnebres da terra, o sofrimento, as lágrimas, a morte, e luto? Como dizem os servos da linda canção Massenet,

*“ils auront toujours bien le temps
de connaître notre miscre...”*

Aqui, não damos às crianças festas radiantes, em jardins, com muitas flores, muita música, e muito riso, para diverti-las, levamo-las aos teatros em que peças truculentas, levamo-las às touradas em que se faz a apoteose da crueldade, levamo-las aos sermões de lágrimas em que padres amaldiçoam a vida e o amor, levamo-las ao dia de Santa Isabel às enfermarias da Santa Casa, e levamo-las aos cemitérios.

Creio que a polícia já proibiu, há tempos, que entrassem crianças em cemitérios. Mas, naturalmente, ninguém atendeu à proibição, como ninguém atende ao que todos nós, jornalistas, temos escritos contra essa estúpida usança. O hábito brutal perdura: até parece que, nesta caprichosa terra, o melhor meio de sustentar e firmar um mau costume é combatê-lo para imprensa... X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 09.12.1903, p.2.

A CIDADE

A *Gazeta* transcreveu do *Panorama*, de 1844, um interessante artigo sobre a necessidade de ser aberto no Rio de Janeiro “a avenida da Prainha ao Passeio...”.

Façam a conta, e verão que, entre 1844 e 1903, há 59 anos! Já morreu o autor do artigo, já morreram quase todos os que naquele ano liam o *Panorama*, e ainda há quem julgue uma loucura, uma despesa arriscada, uma manifestação de megalomania a abertura da avenida. Mas, se Deus e os Santos permitirem que vivamos até lá, havemos de ver que esses censores, no dia da inauguração, serão os primeiros a dizer: “nós sempre dissemos que o Rio de Janeiro não podia passar sem uma avenida!”.

E não é preciso esperar tanto! Já há por ai muita gente que se gaba de ter sido a primeira a pensar nas obras do porto, na avenida, no prolongamento do Mangue, no embelezamento geral da cidade.

Ontem, no bonde, encontrei um ancião que foi Vereador da Câmara Municipal em 1960. Perguntei-lhe o que pensava sobre as obras do porto, e ele, abriu um sorriso de desdém, disse-me que isso era cousa tão velha, que já não o despertava interesse...

– Velha? Velha como?

– Meu caro senhor, em 1860, eu apresentei à Câmara Municipal um projeto sobre as obras do porto. A idéia é minha!

– E a idéia da avenida também é sua?

– Não é minha, mas é de um outro vereador daquele tempo. Ah! Nós naqueles tempos tínhamos idéias! Tudo quanto se tem feito, tudo quanto se está fazendo, tudo quanto se vai fazer é velho! Nós, em 1860 já pensávamos nisso!

Calei-me; não quis dar trela ao bom velho, porque temi que ele me afirmasse ter inventado em 1860 aquilo que se vai fazer daqui a quatro ou cinco séculos... Mas fui, por todo o resto da viagem, pensando na sofreguidão e no orgulho, com que, depois de saneado reabilitado o Rio de Janeiro, toda a gente há de chamar a si a glória de ter realizado esse prodígio...

Quando chegar a essa era de ventura, de saúde, de beleza e de conforto, pouca gente pensará nos homens, ou antes, *no homem* a quem a cidade terá devido a sua fortuna. Haverá por ai um milhão de “pais da avenida” e de “pais das obras do porto”; porque não falta nunca quem queira ser pai de filhos sadios, formosos, poderosos e ricos: o difícil é difícil achar

quem queira tomar sob os seus cuidados a sorte de um pobre enjeitado, doente e miserável, para, à custa de carinhos e de sacrifícios, transformá-lo em um homem forte e belo...- X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 11.12.1903, p.2.

A CIDADE

Não nos queixemos do céu, que é clemente. Foi para bem nosso, e não para nosso mal, que ele abriu as suas largas e providas torneiras, despejando sobre nós aquela chuva benéfica torrencial. Se as ruas ficaram alagadas se a água invadiu as casas, se os bondes ficaram parados sem força para romper a torrente da enxurrada, culpa não foi do céu, generoso que teve pena da nossa miséria e do sofrimento duro que nos dava o calor: a culpa foi e é nossa...

Desde que me entendo, ouço dizer que o sistema de esgotos do Rio de Janeiro é mau, e que a péssima a nivelção das ruas é a causa das inundações periódicas que devastam a cidade, aluindo os alicerces das casas, suspendendo o tráfego urbano, e não raras vezes sacrificando vidas. As pessoas, que me viram nascer, dizem que o dia desse glorioso sucesso (hum!), houve no Rio de Janeiro uma inundação como a de ontem. Há quase quarentas anos!... Isso quer dizer que, há pelo menos quarenta anos, já poderia ter cuidado de reformar o subsolo, alterando o nível e a direção dos seus encanamentos, aumentando o número dos bueiros, e providenciando no sentido de dar escoamento rápido e fácil para o mar à água que desce dos morros. Nada disso se fez até agora.

Basta um fato para mostrar até que ponto nos deixamos levar pela preguiça e pela proteção:

A rua Dois de Dezembro, entre o Catete e o Flamengo, é uma baixada: sempre que há chuva torrencial, a água forma uma vasta lagoa que se estende pelos jardins, pelos corredores e pelas salas das casas. Com esses olhos que a terra há de comer, já vi canoas e botes navegando por ali, tão facilmente como se tivessem navegando em plena baía de Guanabara... Pois bem! Logo depois de cessada a inundação, aparecem na rua Dois de Dezembro engenheiros, não sei se do governo ou do Botânico, armados de instrumentos complicados: tomam medidas, recolhem apontamentos, fazem cálculos; e os moradores rejubilam-se, acreditando que o governo ou o Botânico vai endireitar o nível do calçamento das águas... Mas, no dia seguinte, ninguém mais pensa nisso! E a mísera rua, mais baixa do centro do que nas extremidades, ali fica a espera de outra enxurrada.

Enfim, não nos queixemos muito: essas inundações servem ao mesmo para divertir a gente. Tenha ao mesmo a distração de organizar paradas navais e regatas em plena rua, quem não tem higiene, nem conforto, nem comodidade, nem nada! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 18.12.1903, p.2.

A CIDADE

De todos os aspectos da cidade, nestes inclementes, mas belíssimos meses de verão, o mais admirável é com certeza o das praias de banho, às primeiras horas da manhã, quando o sol dardeja nas ondas os seus venábulo de diamante.

Do Caju a Copacabana, a longa faixa do nosso litoral fica cheia de uma alegre multidão, mergulhando com a delícia na água arrufada, e voluptuosamente respirando um ar que entra pelos pulmões numa carícia aveludada e suave. Não há tristeza que resista ao encanto dessa animação à beira do mar, ao romper do dia, quando ao rumor do marulho se casa o rumor das risadas, dos gritinhos de susto do papaguear satisfeito dos banhistas, e principalmente... das banhistas.

Há muita gente que tem medo do mar, que não gosta de mergulhar dentro dele, mas que salta da cama ao clarear do dia, veste a camiseta e o calção curto, e vai fingir que toma banho, só para apreciar o movimento balneário. Esses são os *mirones*: e são os que mais se divertem, porque têm de graça o mais agradável espetáculo. Vê-se de certo, dentro, dentro d'água ou sobre a areia, muita perna veloz, muito pé torto, muito joanete medonho, muito corpo si miesco: mas, em compensação, aparece, de vez em quando, surgindo do azul do oceano, uma linda imagem que parece a ressurreição da antiga Kypre, filha das ondas cortando com o talhe esbelto a turquesa líquida, e espalhando entre os flocos da espuma o jorro de ouro ou de ébano, da cabeleira...

Mas até a gente feia fica bonita, a essa hora matinal, junto da água arfante, sob a chuva de prata do sol. Até os enfermos, os reumáticos, os paralíticos, os psicóticos que vão todas as manhãs pedir ao mar generoso a cura ou a melhora, até esses parecem outros, quando se aproximam das ondas: revivem, ganham cores, readquirem o movimento, tal é o prestígio dessa hora mágica, tal é o sobrenatural poder do sol que tudo transforma e embeleza...

O mar é um grande remoçador. Conheço um sujeito, que, quando atravessa a rua do Ouvidor, às 4 da tarde, é um pobre destroço humano, e tristemente olhando para o chão, como quem vai procurando a própria sepultura... Pois esse mesmo sujeito, quando sai do mar, parece Apollo adolescente preparando-se para fazer a corte às nove musas, ou Baco infante apresentando-se para ir conquistar as Índias.

Oh! fantasmagorias do mar e do sol! X.

A CIDADE

Festas... Festas... Festas...

Pedem festas os carteiros, os barbeiros, os telegrafistas, toda a gente pede festa. Nas confeitarias aglomeram-se os compradores de bombons... E um amigo meu, que nunca deixa passar a ocasião de colocar um *bon mal*, dizia ontem “Estamos perdidos! Chegou a epidemia da peste... bubônica!”.

Viva Deus! Se há um sacrifício o que todos submetem com prazer, é esse de dar festas a quem as pede... Eu, se fosse Vanderbilt ou Pierpont Morgan daria festas a amigos e a indiferentes, a conhecidos e desconhecidos. Infelizmente, as festas que posso dar não sendo Pierpont Morgan nem Vander bildt, consistem apenas em... abraços, que, se não tem cotação na praça, são ao menos dados com boa vontade e abundância da alma. Cada um dá o que tem e o que me pode dar e eu já fico muito satisfeito, quando me dão abraços, em vez de pontapés.

Nestes dias de fim de ano a fisionomia da cidade, de ordinária tão carrancuda e melancólica, adquire uma animação e um encanto desusados. Quem está alegre, não receia mostrar a sua alegria, quem anda triste, fica envergonhado da sua tristeza e finge andar alegre – só se encontram caras risonhas – e isso no Rio de Janeiro, é um espetáculo tão raro, que bem merece algum aplauso ou meia dúzia de foguetes.

É pena que esta época seja tão curta. Valha-nos, ao menos em cada ano este pequeno período de alegria verdadeira ou falsa! Porque, em verdade, isto é uma cidade fúnebre, em que toda a gente parece estar sempre à procura de mais: no Rio de Janeiro, ninguém se satisfaz com o que possui – ninguém, em suma compreende a profunda filosofia do velho conselho, em que se resume a ciência da felicidade:

“Rói o osso que a sorte te atirou!...”

Amigos! Desejemo-nos, uns aos outros boas-festas, abracemo-nos, beijemo-nos, esqueçamos rancores e finjamo-nos pose de alegria, já que não temos alegria natural e verdadeira. É cousa que nos custa muito...

Amemos-nos, durante estes poucos dias de festas, porque durante todo o resto do ano sempre teremos (*termo ilegível*) demais para o ódio e para a briga! X.

Sem título, coluna “A cidade”

Gazeta de Notícias, RJ, 26.12.1903, p.2.

A CIDADE

Os incontentáveis:

- Ah! Estas obras do porto! Decididamente, este governo é uma tartaruga!

- Repare, meu caro amigo, que já está pronto, e ficou pronto antes do prazo marcado! – o estudo do primeiro texto do cais... Não só há de fazer agora, em um só dia, o que não fez em 57 anos de império e em 14 anos de República!

- Ah! Já está pronto o estudo do primeiro trecho? Pois, admira! Mas, nessa famosa avenida, essa avenida das mil e uma noites? Não me consta que já se tenha deitado abaixo alguma casa....

- Se o governo deitasse abaixo as casas antes de adquiri-las, que pensaria o senhor do governo?

- Não pensaria nada! Para mim, governo, desde que é governo, não presta! Esta terra nunca teve governo! Pois o senhor não vê como esse Prefeito desmiolado está oprimindo os proprietários. Em que país já se viu isto?

- O senhor é proprietário?

- Não sou, mas posso vir a ser!

- Pois eu acho que os proprietários não têm razão de queixa: o Prefeito ainda não deixou de tratá-los com a consideração que eles merecem..

- Quem é que merecem consideração? Os proprietários?! O senhor não sabe o que está dizendo! Os proprietários não merecem consideração nenhuma!

- Olhem: o meu, que não é dos piores, teve ontem o desaforo de me ameaçar com o despejo, só porque lhe devo seis meses de aluguel! Não acha que isso é uma patifaria?

- De certo...

- Este país está perdido! Não vê a facilidade com que o Rio Branco vai entregar à Bolívia todo o estado do Mato Grosso?

- Quem foi que lhe contou isso? Há, ao contrario, na Bolívia, muita gente desgostosa com o tratado...

- Hein? Então por que Rio Branco hesita em contentar a Bolívia? E se Bolívia nos declarar a guerra, com que exército, com que marinha poderemos nós contar?

- Perdão, meu caro amigo. O senhor põe-me louco! Ora diz uma coisa, ora diz outra... Qual é afinal, a sua opinião?

- A minha opinião... A minha opinião é que tudo isso está perdido! Este país é uma choldra! Mas o melhor é mudar de assunto... Que chuvinha aborrecida hein?

- É aborrecida, mais veio a placar o calor...

-Ah! O senhor não gosta de calor? Pois eu gosto muito... Do que eu não gosto é do inverno...

- Eu também não gosto.

- Ah! o senhor também não gosta?

- Pois eu gosto muito! Talvez o senhor me julgue contraditório; mas eu sou assim...

- Não, não o julgo contraditório! Diga-me uma cousa: o senhor nasceu a tempos e a horas?

- Nasci com dez meses.

- Logo vi, meu caro amigo, logo vi... O senhor ainda não era gente, e já estava contrariando sua mãe, seu pai, a parteira, e as leis da natureza! X.

Sem título, coluna "A cidade"

Gazeta de Notícias, RJ, 30.12.1903, p.2.

A CIDADE

Aqui te venho trazer, querida cidade minha, uma braçada de rosas frescas, ainda úmidas da chuva que, durante os últimos dias de 1903, encharcou os teus jardins.

Todos os teus filhos devem, dar-te agora parabéns, pela animação, pela saúde, pelo brilho desusado com que entraste em um novo ano de vida: a sorte, de ordinário tão dura e cruel, abrandou dessa vez o seu vigor, e deu-te um ano de renascimento, de trabalho e de progresso... Foram doze meses cheios: tiveste novos jardins, novos calçamentos, mais vassouras nas ruas, mais desinfecções nas casas; e o ano que começa vai dar-te cousas ainda mais belas e preciosas, porque vai dar-te o início das obras do teu grande cais e da tua grande avenida. Não te podes queixar de 1904. Recebe esta braçada de rosas frescas, e toda a alma apaixonada e carinhosa deste filho humilde, que, se é dos que menos te podem servir, é, em compensação, dos que mais, te sabem amar...

O que é preciso, amada cidade, é que confies em quem te quer salvar, e desconfies dos amigos ursos, desses defensores pérfidos, cada um dos quais, para matar a mosca que supõem avistar pousada em tua testa, é capaz de te esmigalhar às pedradas na cabeça, com coroa mural e tudo... Esses advogados do Diabo não deixarão de te soprar ao ouvido que os trabalhos de saneamento são um atentado à tua autonomia e à tua dignidade... Deixa-os falar, e tapa os ouvidos. Autonomia e dignidade não são sujeiras, nem relaxamento, nem desídia! Só um problema, – um só! – tem de ser resolvido, para tua glória e prosperidade: o de teu saneamento. Pouco importa que sofra um pouco a tua indústria, e que cada um dos teus filhos, ricos ou pobres, tenha também um pouco de sofrimento passageiro: no dia em que não tiveres peste nem febre amarela, tendo, ao contrário, ar puro, ruas largadas, belas construções, porto decente, nesse dia a tua riqueza será tão grande, que pagará com juros tresdobrados sacrifícios feitos!

Lança um olhar para trás, pesa o que lucrastes em um só ano, faz o balanço do que conquistastes nesses doze meses, e reconhecerás que destes um passo largo e nobre para o progresso. Vê lá agora, boa cidade, se queres voltar à ignomínia antiga, voltando à porcaria e à preguiça... Todos os médicos dizem que, nas moléstias graves, o maior perigo é o das recaídas: tem cuidado, e cerca de todas as cautelas a tua convalescença!

Começo de ano... É agora que cada um de nós costuma desejar felicidades: desejo-te também, principalmente, juízo, muito juízo, porque é de juízo que careces, para continuar a prosperar com a coragem e para não dar ouvidos ao que te dizemos amigos ursos!

Toma estas flores, e deixe-me beijar, com afeto essa mão leviana, mas honrada, ó querida cidade! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 03.01.1904, p.2.

A CIDADE

O *Laranjinha*, o fervoroso e fiel cultor da memória do descobridor do Brasil, é hoje, nosso único interessante “tipo da rua”. O seu culto não arrefece: todas as manhãs, a estátua do descobridor aparece coberta de folhagens frescas; e a gente, que passa nos bondes, já se habituou a olhar, com certo respeito e certa amizade, aquele maníaco manso. Cujas maluquices é tão enternecedora e simpática.

Ontem, às 10 horas da manhã, o *Laranjinha*, depois de ter desempenhado a sua piedosa tarefa diária, ficou parado no meio da praça, de costas para a estátua, olhando o arruinado casarão, que já foi Mercado, que esteve para ser Escolas de Bellas Artes, e que hoje não é Mercado, nem Escola, nem nada. O *Laranjinha* olhava as ruínas de alto a baixo, sacudia a cabeça, dava de ombros, e sorria, com um sorriso que havia piedade, ironia e desdém. Foi assim que o vi, ao passar por ali. Vi-o e compreendi aquele sorriso...

O *Laranjinha* estava pensando: “Sim senhores! estou aqui perdendo o meu tempo em limpar e enfeitar a estátua do Descobridor, sem me lembrar que o Descobridor ficará satisfeito, enquanto houver aqui, tão perto dele, esta cousa medonha, esta ruína abjeta, esta pavorosa porcaria... Decididamente, o que eu devo fazer é demolir a dinamite esta história! Mas, se caio na asneira de fazer isso, metem-me outra vez no hospício, se não me meterem na casa de correção,... O que é fato é que os homens de juízo têm muito menos juízo do que eu! Eu, com a minha maluquice, faço o que posso para trazer isto varrido, limpo, enfeitado e bonito; e eles com a sua sensatez, estão há dois anos discutindo se devem ou não devem pôr aqui a Escola de Bellas Artes, e não atam nem desatam, e estes destroços monumentais continuam a apodrecer, a feder, e a desonrar essa praça, - a *minha* praça, em que está o *meu* Descobridor!...

Palavra de honra! Só não ponho abaixo está cousa, a solapações e estouros de dinamites, porque, se me meterem no hospício ou na cadeia, o *meu* Descobridor não terá mais quem o limpe e enfeite! Ah! Ah! Ah! E ainda dizem que sou maluco!”. X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 09.01.1904, p.2.

A CIDADE

A cidade em dia de *greve*... Aqui está um aspecto urbano, que nossos avós não conheceram: a *greve* é dos frutos das da árvore da civilização, que, que, se dá alguns pomos saborosos, dá outros amargos e bem pouco apetecíveis.

O aspecto é triste, porque detona exaltação de anônimos, suspensão de trabalho, sofrimento de um lado e violência de outro. Mas, para quem se interessa pela feição estética dos episódios da vida, esse aspecto tem um certo encanto de novidade. O movimento é maior; a vida urbana precipita-se; há em todas as fisionomias susto, ou cólera, ou despeito; a tropa de terra e de mar anima as ruas com fardamentos de cores vivas; brilham ao sol carabinas, revólveres e sabres, e os muaraes das carroças, dos carros e dos bondes gozam da honra, passageira mais brilhante, de serem guardados e acompanhados por ordenanças a pé ou a cavalo...

Reconheçamos que o espetáculo, pela sua raridade, é digno de admiração: mas reconheçamos também que, pode ser admirado, deve durar poucas horas, um dia no máximo. Uma arruaça, que dura mais de vinte quatro horas, diminui o lustre do prestígio da autoridade, põe em perigo a força moral do governo, e faz a gente pacífica duvidar a sua capacidade. Porque enfim, não é nada agradável, para um cidadão inofensivo, ficar impedido de ganhar honestamente o seu pão de cada dia, e arriscar-se ainda por cima, a ser esbordado, esfaqueado e baleado por causa do que não comeu nem bebeu: e, em geral, quem mais sofre, com esses motins, é a gente que menos pecados tem a purgar e que menos contribuiu para criação de situações perigosas. Coitado do holandês, que paga o mal que não fez!

Tenho um amigo, que gosta de revoluções e de barulhos, por índole. Ontem, esse meu amigo, assim que soube que a cidade estava conflagrada, saiu de casa cantarolando e veio apreciar o espetáculo. Mas foi tão infeliz que, logo no começo do tumulto, foi alvejado por uma pedrada, que lhe amassou, a orelha, quase lhe esborrachou a cabeça... Encontrei-o quando ele já saía da farmácia, espalhando em torno de si um cheiro forte de arnica:

- Aí tem o resultado dessa mania de gostar de barulho! – disse-lhe eu.
- É verdade! Confesso agora que já estou gostando menos...

Ah! Nem todos os espetáculos admiráveis são benefícios! Há espetáculos, que são como os pepinos: muito bons de comer, e muitos maus de digerir. – X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 11.01.1904, p.2.

A CIDADE

Entre o Rio de Janeiro e Niterói há apenas limites convencionais. De fato, as duas cidades confundem-se em uma só, situadas como estão em frente uma da outra, irmãs e vizinhas, apenas separadas por uma escassa extensão de águas; e confundem-se a tal ponto, que é absurdo cuidar do saneamento de uma sem cuidar do saneamento da outra. Se eu não receasse oferecer os justos melindres da invicta Niterói, diria que ela não é mais nem menos do que um bairro do Rio de Janeiro, e um dos bairros mais próximos, porque é muito mais fácil ir da rua do Ouvidor a Niterói do que ir do mesmo ponto à Gávea ou à Tijuca.

A única dúvida que me assaltava o espírito, no tocante ao saneamento do Rio de Janeiro, era justamente essa: como poderíamos ficar livres de epidemias, se a combatêssemos somente aqui, ficando exposto à vizinhança malsã de Niterói, onde o transporte das matérias fiscais ainda se faz, como no tempo colonial, por meio desses barris a que o povo dá um nome tão pouco decente, mas tão expressivo?

Felizmente, Niterói vai deixar de ser um burgo podre. O novo governo do Estado do Rio de Janeiro deu-lhe um prefeito enérgico, independente avesso a cogitações e politiquice e disposto a fazer na administração da capital fluminense o que não souberam fazer até hoje os que a têm dirigido.

Aquela pobre cidade chegou a cair na mais desgraçada situação. Estive lá há dois meses, e duvidei do testemunho dos meus olhos. O mato bravo atapetava as ruas; havia pelas praças cavalos, burros, galinhas, porcos; as fachadas de quase todas as casas estavam tão sujas que davam ascos, parecia-me, enfim, estar, não na capital do Estado do Rio, mas em S. José d'El-Rey, ou em Itabira do Campo, ou em qualquer outras dessas pobres cidades coloniais em decadência, abandonadas pela civilização... E que mau cheiro, à noite! E a que pavorosos encontros com os tais barris do tempo da onça e gente se arriscava!

Deus permita que os projetos do saneamento de Niterói não fiquem... em projetos. Já é tempo de salvar de tamanha vergonha uma cidade tão digna de melhor sorte, tão pitoresca, tão ordeira, tão operosa, e tão rica. Tão rica, sim, porque é uma cidade de comércio vasto e florescente; e a renda municipal já teria ali dado para custear limpeza e saneamento, se não fosse esbanjada em pura perda em maróscas políticas.

Ah! minha boa Niterói! Também a ti não te foi de grande proveito a famosa autonomia municipal... – X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 14.01.1904, p.2.

A CIDADE

A rua Primeiro de Março, no seu mais belo e fidalgo trecho, entre a rua do Ouvidor e a igreja do Carmo, esteve ontem em festa. Não foi uma festa ruidosa, mas foi encantadora: tão pouco ruidosa que pouca gente deu por ela, mas tão encantadora que desejo registrá-la aqui para a satisfação minha e dos leitores.

Um dos novos oitis mandados plantar pela Prefeitura, justamente o que fica em frente ao Café do Globo, amanheceu garridamente enfeitado, com o frágil tronco adornado de flores e fitas. É que esse oiti foi o primeiro que ali apareceu, em 25 de Janeiro de 1903. E os moradores da rua Primeiro de Março quiseram comemorar o seu aniversário prestando a linda e pequena árvore uma homenagem modesta, mas significativa.

Parece a princípio uma futilidade, essa preocupação de guardar na memória a data da plantação de uma árvore, para comemorar seu aniversário. Mas notem que se festeja freqüentemente por ai o aniversário de muita gente, que está bem longe de valer o tanto como aquela a planta... Além disso, a festa de ontem denota que a população, já sabe prezar as árvores confiadas à sua guarda, e já sabe agradecer ao governo da cidade o cuidado com que ele procura aformosear e ensobrar as ruas.

O oiti, que ontem completou um ano de idade... civil, ainda não prestam grande serviços, coitadinho... Protegido pela elegante grade de madeira, o seu tronco, fino e fraco, oscila ainda ao menor sopro do vento: e, no alto, há apenas, um penacho de folhas verdes, que só conseguem dar meio palmo de sombra à calçada. Mas não esqueçamos que ele nasceu, por assim dizer, anteontem; as árvores de um ano, como as criaturas da mesma idade, ainda não sabem dizer o que vieram fazer no mundo...

Mas o lindo infante vegetal está sadio e próspero: e daqui a mais alguns anos, quando estiver forte, alto e copado, como os seus irmãos mais velhos que rodeiam a estátua de Osório, ele pagará em sombra, em frescura e em consolo os cuidados e o carinho com que os moradores da rua Primeiro de Março tratam, amando-o, defendendo-o, regando-lhe as raízes tenras; e enfeitando-o no dia do seu primeiro aniversário.

As árvores são sempre gratas é justamente essa qualidade que mais as distingue dos homens... X.

A CIDADE

A cidade é um antro infernal, povoado de diabos barulhentos, nestes dias agitados que precedem a folia carnavalesca.

O Zé-Pereira é o senhor absoluto da *urbs*: no centro e nos arrabaldes, em todos os bairros fidalgos ou populares, as ruas se enchem à noite do estrepito ensurdecedor desse zabumbar frenético, que é capaz, pela sua violência, de perturbar o sono dos mortos nos cemitérios. De fato, quase não há rua que não possua o seu clube carnavalesco, sede de um *cordão*, de foliões, que quinze dias antes do carnaval, já começam a ensaiar os músculos dos braços no extenuante manejo das maçanetas dos bombos e das baquetas das caixas de rufo: e o que me espanta é que, nos três dias de folia, ainda os foliões tenham alguma energia nesses músculos, tão duramente experimentados pelo excesso de ensaio.

Quem terá inventado o Zé-Pereira, e quem lhe terá posto esse nome tão pacato, que chega a ser uma verdadeira ironia? *Zé-Pereira* dá idéia de um homem gordo, pacífico, apatacado, amigo das boas digestões e das sextas regaladas, inimigo de barulhos e de movimentos exagerados: *Zé-Pereira* é nome de capitalista, de pai de família, de diretor de secretaria, de mestre-escola, de sacristão, de tudo, menos de folião carnavalesco! E é tão extravagante dar esse nome a uma tão barulhenta e estourada entidade, como dar o Arlequim ou a Polichinello a um mestre de cantochoão ou a um gato pingado.

Mas o uso consagrou o nome. O Zé-Pereira é uma figura tradicional, suportada pelo hábito. Será talvez fácil dar cabo do entrudo, com um pouco de energia será possível dar cabo do Zé-Pereira, que por quinze dias a fio, ensurdece a cidade, estourando os tímpanos dos pobres diabos a quem coube, na partilha o Destino, a negra sorte morar perto de um clube carnavalesco.

Mas não cuideis, ó sacerdotes do Zé-Pereira, que eu desesperado pelo vosso barulho, venha a impetrar, daqui, à polícia, alguma medida que ponha cobro ao vosso fervor estrepitoso! Não! arrebentai-me os ouvidos, mas continuai também a arrebentar os bombos e as caixas de rufo... A vossa matinada infernal da vida e alegria à cidade, que bem precisa disso, para combater a sua modorrenta apatia: e eu prefiro morrer de atordoamento e de loucura, a viver numa cidade triste...Continuai! Estafai-vos! Ensurdecei-me! Matai-me! X. ensurdecer

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 11.02.1904, p.2

A CIDADE

Deu-se agora nas vésperas do Carnaval, o que sempre se dá quando se aproxima uma dessas grandes festas populares que os facínoras e os ratoneiros costumam aproveitar para o exercício das suas façanhas: a polícia pôs-se em campo, durante uma noite, e só numa circunscrição policial, prendem sessenta gatunos e desordeiros conhecidos.

Nada mais louvável do que essa pescaria de patifes...Porém...Em tudo há de existir um *porém*...As pescas comuns são sempre definitivas e eficazes: os pescadores recolhem as redes, esvaziam-nas na praia e vendem o peixe, que, comido e digerido, não torna com a vida ao mar. Mas as pescas policiais não têm o mesmo resultado. O Habeas-Corpus, essa bandeira da Misericórdia tão mal usada, desdobra-se logo sobre os patifes colhidos pelas redes e pelos covos da polícia; e, logo aos saltos, às guinadas; com risadinhas de mofa e sarcasmo, os peixes da gatunice voltam para o seu elemento, tão vivos, tão espertos e tão livres como dantes.

Daqui a pouco, quando findarem as festas do carnaval, toda essa corja voltará tranqüilamente a exercer a sua profissão. Os gatunos continuarão a roubar, os desordeiros continuarão a promover a desordem e os assassinos continuarão a promover a desordem e os assassinos continuarão a experimentar o fio das suas navalhas nas carnes da gente pacata. E todo esse aparato de diligências, toda esta azafama de prisões em massa, todo este luxo de medidas policiais, terão servido apenas para amedrontar a cidade, mostrando-lhe que dentro do seu seio formiga um exército inumerável e invencível de ladrões e de faquistas.

Não haverá um meio qualquer de impedir que esse peixe, agora pescado, voltasse com a vida e liberdade ao seu elemento?

Isso sim! Seria um serviço grande e abençoado! X.

A CIDADE

- Não pode ser! Isto não é, nem nunca foi república! Eu acabo mandando esta pátria ao diabo, e naturalizando-me chinês ou hottentote! Não posso mais com esta terra!

- Que foi? Que houve? Que sucedeu?

- Proibiram o entrudo, senhor! E eu, que sou um cidadão livre, não tenho o direito de me divertir!

- Mas, entenda, meu caro amigo! Ninguém lhe nega o direito de se divertir...Se o senhor gosta de se molhar, fique em casa, ponha-se debaixo do chuveiro, puxe a corda, e molha-se à vontade, mas não venha molhar os outros, que não têm o mesmo gosto!

- Perdão! Eu não me divirto molhando-me sozinho, quero molhar-me e molhar os outros: é o meu direito! O entrudo é uma brincadeira tradicional! Meu pai, meu avô, meu bisavô, meu tetravô tinham o direito de jogar o entrudo, e não abro mão de um direito que herdei dos meus antepassados!

- Aí é que está o seu engano. Também os seus antepassados, os Tamoyos, viviam nós, e comiam carne humana. E nem por isso o senhor pode ter o direito de andar por aí despido, brandindo um tacape, almoçando mocotós de homens, jantando os miolos de mulheres e ceifando fígados de crianças!

- Não estou falando desses antepassados! Falo dos mais próximos dos civilizados.

- Meu caro amigo! As fronteiras entre a civilização e a selvageria são muito vagas. Os seus antepassados amigos do entrudo era quase tão selvagens como os seus antepassados antropófagos. Os Tamoyos matavam por ódio, e o seu avô e o seu bisavô matavam por divertimento...É a única diferença!

- Hein! Meu avô e meu bisavô nunca mataram ninguém!

- É o que o senhor não sabe. Só Deus pode saber quanta gente seu avô e seu bisavô mataram, com essa brincadeira do entrudo. O entrudo é pai da pneumonia e a pneumonia é mãe da tuberculose...

- Ora, histórias! Isso não vem ao caso! O que lhe digo é que hei de jogar o entrudo, haja o que houver! Se não for aqui, há de ser em qualquer outro lugar!

- Olhe...há um lugar em que o entrudo é permitido, porque é de muita utilidade...

- Onde é?

- É no Hospício...No Hospício, as duchas frias são muito úteis...

- Pq é que o senhor não vai passar lá estes três dias? X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 16.02.1904, p.2

A CIDADE

- Veja o senhor! Nota isto! Diz a *Gazeta* que já estão organizados os projetos de doze prédios monumentais na Avenida, os arquitetos não têm mãos a medir, todos eles têm encomendas! Leia isto!

- Já li, já li!

- E sabe que as demolições vão começar desde já?

- Sei, sei...

- Como o senhor diz isso friamente! Então, estes melhoramentos não o entusiasmam?

- Meu caro amigo, eu estou positivamente entusiasmado. Mas estava agora a lembrar-me de uma cousa...

- ?

- Estava a lembrar-me de que, há cerca de quatro ou cinco meses, o senhor, que tão entusiasmado hoje se mostra, vivia por aí a dizer que esta história da Avenida era uma patifaria...

- Eu dizia isso?

- Dizia, sim senhor! E dizia mais que as obras do porto eram uma manifestação de megalomania, e que o Passos era um déspota...

- Não é possível! Eu nunca disse isso!

- Oh! Se o disse! E disse ainda outras muitas cousas, muitos outros impropérios, muitas outras barbaridades. Mas, venha cá...não se envergonhe com isso...nós, homens, não estamos no mundo, senão para mudar de opinião todos os dias. E não pense que somente os brasileiros se revoltam contra todo o progresso. O grande Haussmann, em Paris, quando projetou a grande reforma da cidade, quase foi apedrejado nas ruas...O homem é sempre o mesmo, aqui como em Paris, na Rússia como na China, nos trópicos como nos pólos...

- Bem! Pode ser que eu tenha falado mal da Avenida, das obras do porto, do Lauro, do Passos, de tudo e de todos. Mas o que passou, passou. Hoje, estou convencido...o Rio de Janeiro está salvo! E, se alguém me vier falar mal dessas cousas arrisca-se a brigar comigo!

- Creio, creio...Olhe: quer saber o que eu ainda espero ver e ouvir, se Deus nos der vida e saúde, ao senhor e a mim?

- Que é?

- Ainda espero vê-lo e ouvi-lo, por essas ruas, a dizer e a jurar que foi o senhor quem projetou as obras do porto, que foi o senhor quem construiu a Avenida e que foi o senhor quem salvou o Rio de Janeiro! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 29.02.1904, p.2

A CIDADE

Reabrem-se agora as escolas, depois do período das férias.

Vai a cidade readquirir um dos seus mais interessantes aspectos a entrada e saída das crianças, às 9 da manhã e às 2 da tarde, em magótes alegres palvando e rindo dando às ruas uma animação palpitante e nova.

Mas com esse espetáculo da passagem da pequena que vai para a escola ou que delas sai, contrasta um outro espetáculo doloroso: o da pequena que fica pelas ruas, seminúa e suja em correrias, ou aglomerada à porta das estalagens, em convivência com os vagabundos, envenenando os olhos, os ouvidos e a alma com a contemplação da vadiagem, com a audição da gíria torpe, com o caixa da madraçaria, da prostituição e o crime.

A administração municipal faz quanto pode para promover a instrução popular. Não há bairro, pobre ou rico, aristocrático ou plebeu, que não esteja abastecido de escolas, servidas por um professorado competente e zeloso. Mas ainda o resultado desses sacrifícios de dinheiro e de trabalho não é o que se pode e deve esperar. A persuasão, a paciência, a propaganda são em parte perdidas: por cada grupo de cem crianças que vão às escolas, há outro grupo de cem que, pelo desleixo criminoso dos pais, ficam na calçaria da rua. Os pais analfabetos julgam que os filhos podem e devem herdar o seu analfabetismo...

Não nego que o conselho o exija tenacidade da propaganda tenham grande valor: a prova disso é que a frequência escolar têm aumentando nestes últimos anos. Mas o progresso é tão lento, que desespera!

O remédio pronto e seguro para o mal todos os conhecem: é a decretação do ensino primário obrigatório. Contra essa medida, levantam-se apenas os positivistas. Mas não é espantoso que a opinião de meia dúzia de sectários esteja, numa questão que tão diretamente entende com a salvação da nossa nacionalidade, contrariando e vencendo a opinião de todo o resto da gente que pensa?

O direito de ser analfabeto não existe, e não pode existir. E que direitos pode ter uma criança? para que ela possa compreender apreciar e gozar os seus direitos futuros e justamente indispensável que obriguem a saber ler... X.

A CIDADE

Enfim! vai ser arrasado o famoso Mercado da Glória, o medonho pardieiro aterrador que tem sido até hoje a vergonha e o opprobrio daquele formoso bairro. Dizem as folhas que o ministério da fazenda deliberou ceder o monstro à Prefeitura, que depois de deitá-lo abaixo, os estenderá por aquele vasto local um jardim público. A notícia é tão ela e tão consoladora, que bem merece algumas girandolas de aplausos. Graças a Deus! Já não morrerei sem ter visto a morte daquele velho inimigo dos meus olhos, daquele abominável pesadelo da minha alma! Venceu enfim, a boa razão. A todo o tempo, se o governo precisar do local, só terá o trabalho de arrancar dali as árvores. Mas, seja definitiva ou seja provisória a construção do jardim, o que importava era, antes de tudo, livrar o largo da Glória da presença daquelas ruinarias infectas, assombro e espanto dos estrangeiros que viam pela primeira vez. Ainda no primeiro dia de Janeiro, quando o presidente da República recebeu as saudações do corpo diplomático, imagino com que estarrecida estupefação os diplomatas terão mirado aquele tristíssimo espetáculo de um montão de destroços, cobertos de mato, e conservados entre o monumento do Descobridor e a estátua do Emancipador.

A “Associação do 4º. Centenário” tencionava construir ali, com o auxílio do governo, o novo edifício da Escola Nacional de Belas Artes. Mas esse projeto já tem 4 anos de vida... E, por causa de um projeto que não ta nem desata, não se há de manter no centro da cidade, indefinidamente, uma imundice como aquela.

Há ainda, a esse respeito, uma consideração de valor.

A Avenida Central já não é um sonho, porque a inauguração das obras vai ser feita daqui a poucos dias: e é natural e justo que, nessa avenida, entre os outros palácios do governo, figure o palácio das Belas Artes.

Mas tudo isso é secundário. O que é capital é a demolição do horrendo Mercado, contra cujas paredes esburacadas e limosas, tantas frechas irônicas e tantas inventivas coléricas tem a imprensa disparado. Felizmente, o trabalho não foi perdido: chegou o teu último dia ó avanstema! ó pesadelo! ó objeção! ó estupor! X.

A CIDADE

“Todos os prédios da Avenida terão fachada artística obedecendo todos os preceitos da arte decorativa”.

(Dos jornais)

O que mais me seduz nessa notícia,
Rainha das notícias prazenteiras,
É o anúncio da morte (oh! que delícia!)
Das compoteiras!

Só com lembrar-me dessas baboseiras,
Sinto logo eriçar-me o cabelo:
Põem-me maluco, como um pesadelo,
As compoteiras!

Não temos prédio, esplêndido ou barato,
Que, na fachada, sobre duas beiras
Da platibanda, não possua o ornato
Das compoteiras!

Não temos casas: temos prateleiras!
E a cidade parece, assim ornada,
Uma confeitaria carregada,
De compoteiras!

A sucumbir de horror já não me arrisco.
Já na Avenida não verei, grosseiras,
E cheias, não de doce, mas de cisco,
As compoteiras!

Queira o deus das notícias verdadeiras

Que esta não seja falsa! Da Avenida
Possam a moda ser banida
Das compoteiras!

Dê-se um golpe terrível nessa balda!
Deixem-se as compoteiras às docerias!
Sirvam para guardar doces em calda
As compoteiras!

Das platibandas e das cumeeiras,
Ó arquitetos, para que eu sossegue,
Desterrai para o diabo que as carregue
Aa compoteiras! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 04.03.1904, p.2.

A CIDADE

Já frutificou o bom exemplo dado pela Comissão Construtora da Avenida, mandando abrir concurso para os modelos do estilo arquitetônico, que deve ser adotado na construção dos prédios do nosso grande *boulevard*: a “Associação dos Empregados no Comércio” imita a bela idéia, também abriu concurso entre os arquitetos do Brasil, para o projeto do seu edifício complementar, prometendo um prêmio de 5.000\$000 ao autor do melhor dos planos apresentados.

Justamente acabo de ler, em vários jornais de Paris, uma notícia que vem demonstrar a excelência dessa idéia.

Todos os anos em Paris, a administração municipal examina conscienciosamente todos os prédios construídos na zona urbana, durante o ano anterior, e dá um prêmio ao arquiteto que mais conhecimentos artísticos e mais competências revelou na execução do seu plano.

Agora, já está aberto o concurso de 1904, uma comissão, que fazem parte, artistas notáveis, vai examinar todos os prédios construídos em 1903. O arquiteto premiado terá como recompensa, não uma certa soma de dinheiro, mas a isenção, durante doze meses, dos impostos de *voirie*. Paris é uma radiante, onde os arquitetos já não precisam de estímulo: na Cidade-Luz, ninguém seria capaz construir um prédio que não fosse um modelo de elegância e conforto. Ainda assim, o poder público faz o possível para ir desenvolvendo cada vez mais o bom gosto e o amor da arte arquitetônica.

Isso vem provar que, no Rio de Janeiro, a comissão da Avenida e a Prefeitura, inaugurando o sistema do concurso entre os arquitetos e dos prêmios aos melhores projetos, realizaram um progresso real, e favorecem, de modo eficaz, o plano da transformação radical da nossa velha e feia cidade em uma capital digna da nossa civilização. Em Paris, a administração concede prêmios ao trabalho *já feito*; aqui, onde ainda nada se fez de bom, é justo que se concedam prêmios ao trabalho que se *vai fazer*.

É sempre arriscado fazer previsões. Mas é quase certo que, estimulado e premiado o trabalho dos arquitetos, o plano da cidade do Rio de Janeiro ficará resguardado do maior perigo que ameaçava e que era continuação do reinado do Mau-Gosto e da Caturrice. X.

A CIDADE

Ou aproveitando o velho São Pedro, ou, o que será incomparavelmente melhor, construindo um prédio na Avenida, que o é indispensável é tenhamos quanto antes um teatro, um verdadeiro teatro.

Há poucas noites fui assistir à *primeira* de uma revista carioca, em um desses nossos espantosos teatros da rua do Espírito Santo, que são inexcusáveis maravilhas de falta de conforto.

A noite era quente e abafada; o céu, carregado, ameaçava desfazer-se numa tempestade tremenda; e, na rua, ao ar livre, já os meus pulmões respiravam a custo...

Mas, ah! lá dentro, naquela salinha apertada e abarrotada de gente, é que o calor alucinava!

Havia uma enchente à cunha. As miseráveis cadeiras austríacas da platéia agarradas umas as outras, esmagando-se cavalgando-se, estavam todas ocupadas. Entre uma e outra fila de cadeiras, só um espectro imponderável poderia razoavelmente passar: eu empreendi realizar esta proeza com o meu corpanzil, e foi um horror! Esmaguei cem calos, esborrachei duzentos joanetes, despedacei trezentas barras de vestidos: e a minha passagem era como a passagem de um Gênio do Mal, seguida por um coro de gemidos e de imprecações! Por fim cheguei ao meu lugar... Ai de mim! O meu lugar ficava entre de uma senhora gorda e o do meu companheiro João do Rio, que nunca teve a pretensão de ser magro! Meti a minha gordura entre essas duas gorduras; as cadeiras estalaram, gemeram, crepitaram... E comecei a ouvir Cinira e a suar... Oh! Que calor! O suor desmanchava a caracterização dos atores, corria em bagas pela testa dos músicos, encharcava o palco, a platéia, os camarotes... Até as bambinelas do teatro suavavam! A revista era engraçada; mas eu não podia ouvi-la: só podia suar!

Quando findou o primeiro ato, João do Rio e eu, com as gargantas escaldadas, abalamos para o botequim:

- Dois refrescos gelados pelo amor de Deus!

O garçon olhou-nos com comiseração e deixou cair os lábios estas duas palavras:

- Já não há gelo, havia, mas acabou!

Tinha acabado o gelo! Às 10 horas da noite! Numa noite de *primeira!* Numa noite quente que o sétimo círculo do inferno!...

Ah! Fracamente! Enquanto não temos um teatro decente, digno da nossa civilização, é melhor que deixemos desse luxo de ter atores, atrizes e peças novas! X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 20.03.1904, p.2.

A CIDADE

Nada é tão útil como passar de vez em quando os olhos pelas revistas estrangeiras. Agora mesmo, acabo de ler um longo artigo, em *La Naturel*, sobre o serviço de transporte de lixo em Nova York: e, ao acabar a leitura, não posso deixar de pensar, que, se a Municipalidade do Rio no quisesse impor o que a de Nova York impõe ao seus municipais, haveria aqui uma benarda furiosa, capaz de esborrachar para sempre as instituições...

Em Nova York, o munícipes não são apenas obrigados a guardar o lixo da suas habitações em reservatórios especiais e a pagar uma certa soma pela retirada diária desses resíduos: são ainda obrigados a separar o lixo em três partes distintas. Cada domicílio possui três depósitos: um para os restos de cozinha, etc..., outro para as cinzas; e um terceiro para os papéis, trapos, vidros quebrados, etc...

Desse modo a Municipalidade, além de ganhar a retribuição que lhe dá cada habitante pela taxa sanitária, ainda ganha uma soma considerável, vendendo os resíduos, assim separados, a vários industriais que aproveitam em diversos misteres.

Aqui, para que o pagamento da taxa sanitária se tornasse efetiva, foi necessário que a Prefeitura usasse de toda a sua energia o prazo para o pagamento do imposto sem multa foi prorrogado do imposto umas seis ou sete vezes, e ainda há por aí quem considere essa obrigação uma exigência vexatória e despótica... No dia em que se impusesse aos habitantes do Rio, o que se impõe aos de Nova York, todos os cariocas, indignados, declararariam terminantemente não ter nascido para “separadores de lixo” e armados de carabinas, de sabres, de revólveres de cabos de vassouras e de bengalas, promoveriam um motim frenético...

Sempre que se fala nos EUA, nós todos abrimos a boca, espantados e maravilhados, demonstrando o nosso pasmo diante daquela surpercivilização admirável. Mas que todos esquecemos é que não há civilização sem disciplina. X.

Sem título, coluna “A cidade”
Gazeta de Notícias, RJ, 25.03.1904, p.2.